

# *CADERNO DE TEXTOS*

## *7º CONAD EXTRAORDINÁRIO do ANDES-Sindicato Nacional*

*Brasília/DF, 2 e 3 de maio de 2015*

**Tema Único: Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas**

**SINDICATO  
ANDES  
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes  
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar  
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

**Gestão 2014/2016**

**Presidente:** Paulo Marcos Borges Rizzo

**Secretário-Geral:** Cláudia March Frota de Souza

**1º Tesoureiro:** Amauri Fragoso de Medeiros

**Diretora responsável por Imprensa e Divulgação:** Marinalva Silva Oliveira

home page: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	05
<b>Proposta de Cronograma e Pauta do 7º CONAD Extraordinário</b>	06
<b>Proposta de Regimento do 7º CONAD Extraordinário</b>	07
<b>TEMA ÚNICO – Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas</b>	
<b>Texto 1</b> - Contribuições ao 2º Congresso da CSP-CONLUTAS – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	18
<b>Texto 2</b> - Propostas para discussão – Proposta do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFF-SSind biênio 2014/2016</i>	27
<b>Texto 3</b> - O processo de burocratização e estatização da CUT - <i>Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	31
<b>Texto 4</b> - O divisionismo como efeito da reforma sindical e trabalhista do governo Lula (PT) - <i>Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	33
<b>Texto 5</b> - Por uma única central, classista e democrática - <i>Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	36
<b>Texto 6</b> - As tarefas diante dos ataques dos governos - <i>Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	38
<b>Texto 7</b> - CSP-CONLUTAS como espaço de conquistas para o/a trabalhador/a e não como oposição radicalizada mas sem conquistas significativas - <i>Contribuição da professora Lúcia Helena de Paula Menezes – Sindicalizada da ADUFU-SS</i>	40
<b>Texto 8</b> - Balanço político da filiação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS: uma <div style="background-color: black; width: 100%; height: 1.2em; margin-bottom: 0.5em;"></div> necessidade - <i>Contribuição dos professores Tiago Nicola (ADUSC); Cláudio</i> <div style="background-color: black; width: 100%; height: 1.2em; margin-bottom: 0.5em;"></div> <i>Félix (ADUSB); Paulo Riela (ADUFS); David Romão (APUR); Celi Taffarel,</i> <div style="background-color: black; width: 100%; height: 1.2em; margin-bottom: 0.5em;"></div> <i>Cláudio Lira (APUB); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Fernando Cunha</i> <div style="background-color: black; width: 100%; height: 1.2em; margin-bottom: 0.5em;"></div>	42

<p><i>(ADUFPB); Flávio Melo, Érika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima</i></p> <p><i>(SINDUECE); Marco Oliveira (SESDUFT); Domingos Savio</i></p> <p><i>(ADUNEMAT); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (ADUFG); Everaldo</i></p> <p><i>Andrade (ADUSP); Juanito Vieira (APESJF); Janaina Brum (ADUFPEL).</i></p>	
<p><b>Texto 9</b> - Uma proposta de participação democrática das seções sindicais do ANDES-SN nos congressos e fóruns oficiais da CSP-CONLUTAS - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFU-SS</i></p>	45
<p><b>Texto 10</b> – Preparação do ANDES-SN para o II Congresso da CSP-CONLUTAS - <i>Contribuição do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.</i></p>	46

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

## SUMÁRIO DOS TR

<p><b>TEMA ÚNICO – Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas</b></p>	
<p><b>TR 1</b> - Contribuições ao 2º Congresso da CSP-CONLUTAS</p>	26
<p><b>TR 2</b> - Propostas para discussão – Proposta do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas</p>	30
<p><b>TR 3</b> - O processo de burocratização e estatização da CUT</p>	33
<p><b>TR 4</b> - O divisionismo como efeito da reforma sindical e trabalhista do governo Lula (PT)</p>	36
<p><b>TR 5</b> - Por uma única central, classista e democrática</p>	37
<p><b>TR 6</b> - As tarefas diante dos ataques dos governos</p>	39
<p><b>TR 7</b> - CSP-CONLUTAS como espaço de conquistas para o/a trabalhador/a e não como</p>	42

oposição radicalizada mas sem conquistas significativas	
<b>TR 8</b> - Balanço político da filiação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS: uma [REDACTED] necessidade [REDACTED]	44
<b>TR 9</b> - Uma proposta de participação democrática das seções sindicais do ANDES-SN nos congressos e fóruns oficiais da CSP-CONLUTAS	46

## **Apresentação**

O ANDES-SN, em seu 34º Congresso, deliberou pela realização do 7º CONAD Extraordinário com o tema “Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas”.

A conjuntura atual, marcada pelo aprofundamento da adoção de políticas de ajuste neoliberal por parte dos governos federal, estaduais e municipais e de suas consequências nefastas para os trabalhadores que, mais uma vez, são chamados a pagar a conta com a redução de seus direitos, é também marcada pelas práticas antissindicais e de criminalização dos movimentos sociais.

Para enfrentarmos os ataques em curso, torna-se fundamental a unidade dos docentes das Instituições de Ensino e a articulação com os demais trabalhadores, essencial para a luta pela manutenção e ampliação de nossos direitos. Reafirmar a construção de nossa central – a CSP-CONLUTAS – no sentido de enraizá-la como polo aglutinador das lutas, nacionalmente e nos estados, e de unidade de ação.

Nesse sentido, a realização do 7º CONAD extraordinário se reveste de importância na medida em que pauta no conjunto do Sindicato Nacional, a partir do debate nas assembleias de base da categoria nas seções sindicais, a nossa intervenção no 2º Congresso da CSP-Conlutas como forma de contribuir para a sua consolidação.

Só a organização dos trabalhadores de forma autônoma, independente, combativa e classista permitirá a continuidade das lutas.

Nos vemos em Brasília.

A Diretoria

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 7º CONAD EXTRAORDINÁRIO  
Tema Único: **Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas**

Brasília, 2 e 3 de maio de 2015

<b>Sábado (2/05/2015)</b>	<b>Domingo (3/05/2015)</b>
<b>8h às 11h</b> Credenciamento	<b>9h às 13h</b> Plenária do Tema
<b>13h às 14h</b> Plenária de Instalação	<b>15h</b> Plenária de Encerramento
<b>15h às 19h</b> Grupos Mistos	

---

## PROPOSTA DE REGIMENTO DO 7º CONAD Extraordinário

---

### Capítulo I Do 7º CONAD Extraordinário

**Art. 1º** O 7º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (7º CONAD EXTRAORDINÁRIO), previsto no inciso II do art. 13, e no Inciso II do art. 26 do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30 do Estatuto do Sindicato, reunir-se-á no período de 2 e 3 de maio de 2015, em Brasília/DF, organizado pelo ANDES-SN.

**Parágrafo único.** O período de realização do 7º CONAD Extraordinário poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 4 de maio de 2015.

**Art. 2º** O 7º CONAD Extraordinário tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

**Art. 3º** O 7º CONAD Extraordinário é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22 do Estatuto do ANDES-SN.

### Capítulo II Das Atribuições

**Art. 4º** São atribuições do 7º CONAD Extraordinário:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 34º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 34º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 34º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

**Art. 5º** Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

**Parágrafo único.** As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

### Capítulo III Dos Participantes

**Art. 6º** São participantes do 7º CONAD Extraordinário:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;



III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 7º CONAD Extraordinário, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

**Art. 7º** (O) presidente do ANDES-SN preside o 7º CONAD Extraordinário, com direito a voz e a voto em suas sessões.

#### Capítulo IV

#### **Do Credenciamento**

**Art. 8º** O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 7º CONAD Extraordinário será das 8 (oito) horas às 11 (onze) horas do dia 2 de maio de 2014, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V  
**Do Funcionamento**  
Seção I  
**Dos Órgãos**

**Art. 9º** São órgãos do 7º CONAD Extraordinário:

- I - Comissão organizadora;
- II - Comissão diretora;
- III - Grupos mistos;
- IV - Plenárias.

§ 1º As comissões organizadora e diretora são criadas a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 7º CONAD Extraordinário é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II  
**Da Comissão Organizadora**

**Art. 10.** A comissão organizadora do 7º CONAD Extraordinário é constituída por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

**Art. 11.** É de competência da comissão organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 7º CONAD Extraordinário;
- II - organizar a sessão de abertura;
- III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;
- IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;
- V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III

### **Da Comissão Diretora**

**Art. 12.** A comissão diretora do 7º CONAD Extraordinário é composta pela diretoria do ANDES-SN.

**Art. 13.** É de competência da comissão diretora:

- I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;
- II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;
- III - elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso;
- IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;
- V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

**Parágrafo único.** Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

### **Seção IV Dos Grupos Mistos**

**Art. 14.** Os grupos mistos são compostos por:

- I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;
- II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;
- III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;
- IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma seção sindical ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(as) seja superior ao número de grupos mistos.

**Art. 15.** Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

**Art. 16.** Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

**Art. 17.** Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

**Art. 18.** Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

**Art. 19.** As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma deste CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

**Art. 20.** Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório digitado de seu grupo; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

**Art. 21.** A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos grupos mistos.

**Art. 22.** Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por essa comissão em conjunto com os(as) relatores(as).

IV As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo

**Art. 23.** Os grupos mistos terão a duração de 4 (quatro) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não implique no funcionamento do CONAD.

## Seção V

## **Das Plenárias**

**Art. 24.** As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

**Art. 25.** Os trabalhos das plenárias do CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

**Art. 26.** Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

**Art. 27.** Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

**Art. 28.** Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

**Parágrafo único.** No caso das plenárias de instalação e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

**Art. 29.** Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

**Art. 30.** A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de instalação: 1 (uma) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

II - Plenária do tema: 4 (quatro) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1

III - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e cronograma do 7º CONAD Extraordinário;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 7º CONAD Extraordinário;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 7º CONAD Extraordinário, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema discutir os textos apresentados ao 7º CONAD Extraordinário, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

**Art. 31.** A verificação do quorum, no início das plenárias do CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da seção sindical ou AD-Seção sindical ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

**Parágrafo único.** A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

## Capítulo VI

### Das Discussões e Votações

**Art. 32.** Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

**Art. 33.** Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

**Art. 34.** As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no *inciso* II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscitos(as).

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

- a) aprovadas nos grupos mistos;
- b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;
- c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;
- d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 22.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

**Art. 35** As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

**Art. 36.** As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

## Capítulo VII

### Das Disposições Gerais e Finais

**Art. 37.** As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 7º CONAD Extraordinário, até às 18 (dezoito) horas do dia 2 de maio de 2015, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 7º CONAD Extraordinário; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 7º CONAD Extraordinário o teor das moções propostas, até às 10 (dez) horas do dia 3 de maio de 2015.

§ 3º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem os destinatários e os respectivos endereços completos e devidamente anotados não serão recebidas para apreciação do CONAD

**Art. 38.** As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

**Art. 39.** Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

**Art. 40.** A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 7º CONAD Extraordinário, para divulgar o respectivo relatório final.

**Art. 41.** Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

**Art. 42.** Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 7º CONAD Extraordinário.

Brasília, 2 de maio de 2015



Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 7º CONAD Extraordinário obedecem ao seguinte formulário:

### FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

**Proponente(s)** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Seção Sindical:** \_\_\_\_\_

**Destinatário(s)**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Endereço(s) do(s) destinatário(s):**  
\_\_\_\_\_ **Cidade** \_\_\_\_\_ **Cep.:** \_\_\_\_\_

**E-mail** \_\_\_\_\_

**Fato motivador da Moção:**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 7º CONAD Extraordinário do ANDES-SN realizado em Brasília/DF, nos dias 2 a 3 de maio de 2015, manifestam

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**TEMA ÚNICO: CONTRIBUIÇÕES DO  
ANDES-SN PARA O 2º CONGRESSO DA CSP-  
CONLUTAS**

## **TEXTO 1**

*Diretoria do ANDES-SN*

# **CONTRIBUIÇÕES AO 2º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS**

## **TEXTO DE APOIO**

### *1. A construção da CSP-Conlutas no contexto da reorganização da classe trabalhadora*

Historicamente os trabalhadores têm lutado para construir instrumentos e estratégias de autodefesa e superação da exploração capitalista. Karl Marx, no Século XIX, no momento de consolidação do capitalismo, conclamou-os a se constituírem em classe social, finalizando o manifesto comunista, com a famosa frase: “Trabalhadores do mundo uni-vos!”. Ao longo dessa história, os trabalhadores têm vivido, em contextos muito diversos, as mais variadas experiências de unificação da classe por meio da luta. As diferentes experiências de unificação têm demonstrado a possibilidade dos trabalhadores se constituírem em sujeitos políticos, reforçando a consciência de classe, para se contrapor à ordem capitalista. No Brasil, em diferentes contextos, os trabalhadores têm avançado na auto-organização classista.

A CSP-CONLUTAS é resultado desse processo histórico de resistência e luta da classe trabalhadora no contexto de aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil, especialmente a partir da posse de Lula da Silva (2003), e o abandono pela CUT da defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Assim, apresentou-se como tarefa fundamental para o movimento sindical, a construção de ferramenta que congregasse de forma unitária ações políticas para a luta por direitos sociais. Nesse sentido, no ano de 2004, em Luziânia (GO), cerca de 1.800 dirigentes e militantes sindicais e de movimentos sociais realizaram um encontro para discutir o enfrentamento às reformas sindical e trabalhista, que constituiu a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Entre os anos de 2004 e 2006, essa organização ganhou espaço e força nacional no enfrentamento aos ataques impostos pelo governo, com destaque para o embate contra a reforma sindical e construção/atuação de/em diversas greves. Para além de um espaço de articulação das lutas sindicais a CONLUTAS constituiu-se como polo aglutinador de lutas empreendidas pelo movimento popular e estudantil combativos.

Como consequência de seu protagonismo político e diante da necessidade de fortalecimento da unidade nas lutas que estavam por vir, foi realizado o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), em 2006, em Sumaré, SP, com a presença de centenas de entidades e delegações de todo o Brasil, com mais 4.000 participantes. No CONAT deliberou-se pela constituição da CONLUTAS enquanto central sindical e popular. A entidade, portanto, surgiu como necessidade objetiva da reorganização da classe trabalhadora brasileira, em contraposição ao papel conciliador e colaboracionista implementado pelas centrais sindicais então existentes. O ANDES-SN participou como observador deste Congresso e, em seguida, abriu a discussão sobre a sua filiação à nova Central.

É importante observar que, no período de surgimento da Conlutas, outras tentativas de organizações foram construídas. No campo classista, no ano de 2006, foi constituída a Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, como um espaço de articulação entre sindicatos e movimentos sociais. Esta entidade dividiu-se na oportunidade da participação do CONCLAT convocado para o ano de 2010. Nesse

processo de reorganização não havia consenso entre as entidades e militantes combativos do movimento sindical sobre a criação de uma nova central e ainda se a mesma deveria congrega entidades sindicais e outros movimentos sociais. Assim, mesmo diante da constituição da Conlutas, mantinha-se em aberto o processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, exigindo dos setores combativos, organizados ou não na Central, a tarefa de continuar construindo espaços de unidade de ação e, paralelamente, trabalhar na perspectiva de construção de uma organização superior e mais ampla.

Em 2010, como parte desse processo realizou-se o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), convocado pela Conlutas em conjunto com outras entidades e organizações classistas – Intersindical, Movimento Terra, Luta e Liberdade (MTL), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Unidos para Lutar, Pastoral Operária de São Paulo –, além de diversas oposições ao sindicalismo colaboracionista. No processo de construção do Congresso, a partir de diversas reuniões, encontros e debates em geral, algumas questões como a natureza da entidade (sindical e popular) foram previamente resolvidas. Porém, outros pontos, como a definição da forma de escolha/composição da direção, ficaram em aberto, para ser decidido no próprio CONCLAT, a partir da deliberação dos delegados. Era grande a expectativa de organização de todo o polo combativo e classista dos movimentos sindical e popular. Porém, isso não se concretizou no Congresso, visto que alguns setores se retiraram do mesmo no momento da aprovação do nome da nova Central.

Mesmo com essa retirada de importante setor do Conclat foi constituída, com maior força política em comparação à CONLUTAS, a Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas) enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora que também unifica de forma orgânica, o movimento sindical e popular. Desde então, a Central vem se consolidando como o principal polo aglutinador da classe no contexto da reorganização do movimento sindical brasileiro. Atualmente a CSP-Conlutas se constitui, no campo classista, autônomo e independente, em termos qualitativos e quantitativos, na força mais expressiva no cenário nacional. Fruto desse processo, desde seu I Congresso, realizado em 2012, diversas entidades sindicais e movimentos sociais, nacionais e de todas as regiões, brasileiras se filiaram à Central.

O ANDES-SN tem sido um dos protagonistas desse processo de reorganização a partir da unidade com outras entidades e movimentos em lutas classistas e, fundamentalmente, na construção da CONLUTAS e, posteriormente, da CSP-Conlutas. Sem dúvidas, desde o processo de nossa saída da CUT, a política de construção e fortalecimento da nossa Central, com o seu enraizamento em todo o Brasil e, particularmente, em nossa base sindical, tem sido primordial nos enfrentamentos que tivemos nesse período. Ao longo destes anos nosso envolvimento com a Central é crescente, e isso pode ser observado pelo espaço que essa relação tem tomado ao longo de nossos eventos, especialmente Congressos e CONADs. Como resultado desse processo é fundamental, especialmente no contexto de realização do 2º Congresso da CSP-Conlutas, que se aprofunde o acúmulo e o balanço que o ANDES-SN faz da nossa Central Sindical e Popular. Esse balanço que vem sendo construído, tem considerado os desafios impostos pela crise capitalista com o avanço do neoliberalismo que ataca direitos sociais, e, sobretudo, das dificuldades postas ao necessário enfrentamento classista a esse processo. Dessa forma, é preciso reforçar o caráter democrático das instâncias de organização da CSP-Conlutas e a organização dos trabalhadores pela base.

Ao longo de sua existência, a CSP-Conlutas tem assumido um papel fundamental nas lutas sindicais e populares. Isso se evidencia na organização/atuação em diversas lutas

dos operários e dos trabalhadores em geral. Tem sido importante a Central no âmbito do funcionalismo público federal e em diversos estados. Por sua perspectiva classista e enquanto entidade sindical e popular, a CSP-Conlutas também tem atuação decisiva nas lutas contra as opressões, em suas diferentes formas, e pela manutenção de direitos sociais. Em nossa avaliação esse protagonismo tem relação direta com a natureza da entidade (sindical e popular) e com sua estrutura organizativa horizontalizada que tem como fundamento sua construção pela base.

## *2. Concepção e estrutura organizativa: Central Sindical e Popular construída pela base*

A superação do capitalismo exige dos trabalhadores a construção de ações e organizações unitárias de luta. A CSP-Conlutas constituiu-se como uma Central Sindical e Popular que congrega, numa perspectiva classista, os trabalhadores em seus múltiplos movimentos, entidades e expressões de luta e tomada de consciência. A CSP-Conlutas, desde sua origem, ainda enquanto Coordenação Nacional de Lutas, reúne trabalhadores, formais e informais, organizados em sindicatos e demais entidades, e movimentos sociais. Essa concepção de organização não implica, em princípio, justaposição de movimentos, grupos ou entidades. Trata-se de entidade classista que se constitui, organicamente, com caráter sindical e popular, que reúne *“as trabalhadoras e os trabalhadores organizados nos sindicatos, as organizações de trabalhadores desempregados e desempregadas, dos aposentados e aposentadas, os diferentes movimentos populares que organizam trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda forma de discriminação e opressão e as organizações estudantis que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora”* (§ 1º, Art. 2º do Estatuto da CSP-Conlutas).

Por sua construção ocorrer num contexto de reorganização da classe, que implica em rupturas com as Centrais e direções burocráticas, no âmbito sindical, para além de entidades, a CSP-Conlutas também é constituída por oposições e minorias. Para além da construção da Central, essa forma de constituição tem permitido o fortalecimento das minorias e oposições na disputa de suas entidades de base, chegando inclusive a filiarem-se à Central. Nesse sentido, isso tem permitido concretamente avançarmos na tarefa de reorganização da classe e no rompimento com o sindicalismo burocrático, verticalizado, governista e de resultados.

A estrutura organizativa da CSP-Conlutas é horizontalizada. Todas as instâncias deliberativas são formadas por representação das entidades, movimentos, minorias e oposições sindicais filiadas à Central. O Congresso (realizado a cada 2 anos), instância máxima de deliberação, é constituído por delegados eleitos na base de cada entidade filiada. Estatutariamente, entre um Congresso e outro, a direção cotidiana da entidade é a Coordenação Nacional, a Assembleia Geral da CSP-Conlutas, que reúne, a cada dois meses, representantes eleitos por suas respectivas entidades e movimentos filiadas à Central e em dia com suas obrigações financeiras. Cabe destacar que os delegados do movimento estudantil e de luta contra as opressões não podem exceder a 5% do total delegados na Coordenação Nacional.

Para além dessas instâncias deliberativas nacionais, a Central tem uma Secretaria Executiva Nacional (SEN) responsável por implementar as deliberações da Coordenação Nacional. A composição da Secretaria Executiva (27 titulares e 8 suplentes), com mandatos de dois anos, é realizada pela Coordenação Nacional, na primeira reunião após o Congresso ordinário, por meio de eleição direta, com proporcionalidade qualificada, conforme número de votos obtidos por cada chapa

concorrente. Cada membro que compõe a SEN é representante de sua entidade, podendo assim ser por ela substituído a qualquer momento, ou seja, efetivamente a Secretaria Executiva também é constituída por movimentos sociais, entidades, minorias e oposições sindicais que integram a CSP-Conlutas. As movimentações financeiras (prestação de contas), avaliadas pelo Conselho Fiscal (3 titulares e 3 suplentes, com eleição e mandato similar ao da SEN), são apreciadas no primeiro quadrimestre de cada ano. Cabe destacar que o ANDES-SN, atualmente, tem direito a 5 (cinco) delegados na Coordenação Nacional, e possui 2 (dois) membros na SEN e 1 (um) membro no Conselho Fiscal.

Efetivamente a CSP-Conlutas constitui-se em todas as suas instâncias e órgãos como uma entidade organizada horizontalmente, dirigida pela base. A forma de organização objetiva impedir a verticalização e burocratização da Central, garantindo que a sua intervenção reflita permanentemente os interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, rompe-se com a concepção de organização da direção por força política, visto que são as entidades e movimentos de base que indicam seus representantes para o Congresso, a Coordenação Nacional, SEN e Conselho Fiscal.

Essa forma de organização é elemento essencial para o fortalecimento da CSP-Conlutas. A posição do ANDES-SN tem sido a reafirmação da concepção de organização que estamos construindo, ou seja, a manutenção de uma Central democrática, horizontalizada, constituída e dirigida por suas entidades e movimentos sociais organizados em sua base. Essa forma organizativa é a semelhante à do ANDES-SN, visto que são os sindicalizados que definem a política a ser implementada pela entidade.

Em nossa avaliação, a concepção de organização, sindical e popular, e sua estrutura organizativa democrática e horizontalizada, são características fundamentais da nossa Central para atuar na reorganização da classe trabalhadora brasileira. Porém, isso não implica considerarmos que esse processo está “fechado”, visto que a maioria dos sindicatos no Brasil são filiadas às Centrais colaboracionistas. Nesse sentido, o papel desempenhado pela CSP-Conlutas, na construção da unidade com outras entidades e movimentos no campo classista precisa ser aprofundado, na perspectiva de construirmos uma Central cada vez mais a forte e representativa. Para além de ações/atividades unitárias, como o Espaço de Unidade de Ação, indispensáveis nesse processo, faz-se necessário avançarmos no diálogo com outras organizações, entidades e movimentos, no sentido de construirmos uma ferramenta unitária que organicamente congregue todos os trabalhadores brasileiros, entidades sindicais e movimentos populares. Entretanto, nesse processo de unidade na ação e de reorganização da classe, não podemos abdicar dos princípios que temos construído na CSP-Conlutas, especificamente no que diz respeito a sua estrutura e concepção organizativa.

Para que o ANDES-SN intensifique sua contribuição a esse processo, é necessário enraizarmos a CSP-Conlutas na base de nossa categoria.

### *3. Enraizamento da CSP-Conlutas na base do ANDES-SN*

Em 2007, no 26º CONGRESSO, realizado em Campina Grande (PB), foi aprovada a filiação do ANDES-SN à CONLUTAS. Essa decisão, decorrente de amplo debate na base da categoria, reafirmou a necessidade de construirmos uma Central classista, autônoma, combativa e que congregasse entidades sindicais, organizações e outros

movimentos sociais. Considerando o processo de reorganização da classe trabalhadora apresentava-se então o desafio de consolidar a CONLUTAS em todo território nacional. Ao mesmo tempo, havia a necessidade de envolvermos ativamente o conjunto das Seções Sindicais nessa construção. Assim, em nossos Congressos e CONAD, tais desafios sempre estiveram presentes.

Em 2011, o 30º Congresso, realizado em Uberlândia (MG), reafirmando a necessidade de fortalecermos a construção de uma entidade nacional, sindical e popular, deliberou pela filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas. Por ser um Sindicato Nacional, e não uma Federação, sua filiação à CSP-Conlutas significa a filiação do conjunto do Sindicato (todas as seções sindicais). Mesmo depois de deliberar, a partir de amplo debate em nossa base, por tal filiação, o Sindicato tem enfatizado a necessidade de intensificarmos o enraizamento da CSP-Conlutas em nossa base. Essa necessidade, reafirmada em diversas resoluções aprovadas em nossos eventos deliberativos, exige, especialmente, maior participação das Seções Sindicais nas instâncias regionais e/ou estaduais da Central.

Além da filiação à CSP-Conlutas, o 30º Congresso estabeleceu o *“prazo de 1 (um) ano para proceder o balanço criterioso do processo de reorganização em relação à Central, tendo como referência as resoluções do ANDES-SN sobre estratégia, natureza e unidade do campo combativo e classista”*. Assim, particularmente no ano de 2011, o Sindicato se debruçou sobre a análise de sua relação com a Central, considerando o processo de reorganização da classe trabalhadora, especialmente a partir do CONCLAT. Esse balanço envolveu a análise da estrutura organizativa da CSP-Conlutas, o seu enraizamento e sua articulação com outras entidades e movimentos. Assim, o 30º Congresso deliberou por *“Aprofundar as discussões sobre as normas estatutárias relacionadas à organização da Central no âmbito estadual/regional; realizar a discussão sobre o aprimoramento do funcionamento e organização da Central; empenhar-se na constituição de um Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação a alguma Central, desde que se disponham a organizar a resistência dos trabalhadores e efetivar o calendário de lutas e mobilizações propostos por este Fórum”*.

Como consequência desse balanço o 31º CONGRESSO, realizado em Manaus (AM), em 2012, reafirmou o papel da CSP-Conlutas no processo de reorganização e a necessidade de seu aperfeiçoamento e enraizamento em todos os estados e na base de nosso Sindicato. Também foram aprovadas as contribuições do ANDES-SN ao I Congresso da CSP-Conlutas (2012). Considerando a necessidade de rearticulação numa mesma Central, o ANDES-SN aprovou que levaria para o I Congresso da CSP-Conlutas a proposta de mudança de nome da entidade, que deveria passar a ser Central Sindical e Popular (CSP). Tal proposta não foi aprovada no Congresso.

Considerando a necessidade de consolidação da CSP-Conlutas em todos os estados e regiões do Brasil, também foram aprovadas no 31º Congresso resoluções que tratavam da organização e enraizamento da Central em nível nacional. Assim, foi proposto para o I Congresso da CSP-Conlutas que ocorressem alterações em seu estatuto e outros dispositivos normativos que garantissem a constituição das Coordenações, Secretarias Executivas e dos Conselhos Fiscais Estaduais e/ou Regionais, de forma análoga às instâncias nacionais. Isso implicaria em: a) adotar para as Coordenações Estaduais e/ou Regionais, a mesma proporcionalidade de delegados de base que compõe a Central no Estado e/ou região; b) constituir as Secretárias Executivas por representantes, de

entidades e movimentos que fazem parte da Central no Estado e/ou região em questão, eleitos por suas respectivas entidades. A definição das entidades e movimentos e do quantitativo de membros da Secretaria Executiva devem ser definidas pela respectiva Coordenação Estadual ou Regional, não podendo ser o número de membros superior aos da SEN; c) eleger em reunião de Coordenação Estadual e/ou Regional seu respectivo Conselho Fiscal, com explicitação desse item na pauta. Essas proposições evidenciam o compromisso político do ANDES-SN na construção da Central em âmbito nacional, dirigida, em todas as suas instâncias, pela base, ou seja, pelas entidades e movimentos que a compõem. Tais indicações foram aprovadas no I Congresso da CSP-Conlutas, passando a fazer parte do seu Estatuto.

Como deliberação ainda do 31º Congresso, o ANDES-SN apoiou, no I Congresso da CSP-Conlutas, a proposta de ampliação de 3% para 5% da contribuição mensal das entidades filiadas à Central. Essa proposição, aprovada no Congresso da CSP-Conlutas, também evidencia o compromisso do ANDES-SN no fortalecimento de nossa Central, o que perpassa pelo estabelecimento de política de arrecadação financeira, que permita o seu funcionamento organizativo e, sobretudo, a implementação das lutas aprovadas pela Entidade. A sustentabilidade e a independência financeira da entidade são elementos basilares para garantia de sua autonomia perante o Estado, governos e os patrões. Nesse sentido, assim como o ANDES-SN, a CSP-Conlutas posiciona-se contrariamente à contribuição compulsória, ao imposto sindical, conforme estabelece seu Programa: “o imposto sindical foi a base econômica para o atrelamento dos sindicatos ao Estado, no modelo pensado e implementado por Getúlio Vargas. É preciso reafirmar a luta para acabar com esta excrescência, contra todas as taxas e contribuições compulsórias e o repasse aos sindicatos de verbas do Estado (FAT, convênios com estatais, Ministérios, etc.).”

Também como resultado da avaliação realizada na base de nosso Sindicato, para além das contribuições ao I Congresso da CSP-Conlutas, o 31º Congresso deliberou sobre a forma de participação do ANDES-SN nas instâncias nacionais, estaduais e/ou regionais da Central. Assim, foi aprovado:

**1.** Participar dos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como Congressos e Coordenação Nacional, considerando o número de sindicalizados na base do Sindicato como referência para o cálculo do número de representantes.

**2.** Sobre a participação dos Diretores Nacionais nas instâncias estaduais da CSP-Conlutas:

**2.1.** As Seções Sindicais, em dia com a contribuição estadual e/ou regional, elegerão, em Assembleia, ou em instância de representação coletiva expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), seus delegados, conforme as normas descritas no Art. 13 do atual Estatuto da Central, não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical;

**2.2.** Os diretores do ANDES-SN poderão candidatar-se a observadores, e não como delegados de sua S. Sind., para reuniões da respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional.

**3.** Sobre a representação nas executivas estaduais:

**3.1** Farão parte das Executivas Estaduais e/ou Regionais as Seções Sindicais do Estado e/ou região, em dia com sua contribuição estadual



e/ou regional, que forem eleitas pela respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional para a correspondente Executiva; os membros (ou membro) dessas Seções Sindicais, que comporão a Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional, serão eleitos em Assembleia, ou em instância coletiva de representação expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical;

**3.2** Os diretores do ANDES-SN não poderão candidatar-se a representante de sua Seção Sindical na Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional.

**4.** Os representantes das Seções Sindicais participarão da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas apenas como observadores.

O balanço da filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas, bem como de seu I Congresso também foi realizado no 57º CONAD e, especialmente, no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em 2013. A avaliação realizada, a partir do resgate da trajetória da Central e dos desafios, reafirmou a política acertada do Sindicato em participar da construção da CSP-Conlutas, ressaltando, a necessidade de “intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados”. Cabe destacar que a análise sobre esse desafio, que permanece nos dias atuais, não pode ignorar as dificuldades impostas pela conjuntura atual, especialmente no contexto de reorganização da classe trabalhadora, sob pena de compreender, equivocadamente, que a dificuldade de enraizamento do Central é consequência da sua estrutura organizativa horizontal.

Como vemos, no último período, temos acumulado um balanço positivo do papel exercido pela CSP-Conlutas no cenário nacional. Também observamos maior envolvimento do Sindicato, incluindo as Seções Sindicais, nas instâncias e lutas implementadas. Particularmente, as resoluções que aprovamos nesse período (2011-2015) mostram uma crescente inserção do Sindicato em nossa Central Sindical e Popular. Para além das questões especificamente vinculadas à organização sindical, estrutura e concepção, a análise das nossas resoluções mostra que o conjunto do Sindicato, suas Seções Sindicais, Grupos de Trabalhos e Setores, tem pautado ações de articulação e construção da CSP-Conlutas.

Enfim, em âmbito nacional o ANDES-SN tem sido protagonista na construção da Central, participando das lutas implementadas pela entidade. Temos participação ativa em todas suas instâncias, na Coordenação Nacional, Secretaria Executiva Nacional (SEN) e Conselho Fiscal, contribuindo financeiramente e debatendo incansavelmente, a partir do que a nossa base determina, por suas deliberações. Diversos representantes de Seções Sindicais também têm participado como observadores na Coordenação Nacional e tem construído, no âmbito dos estados e regiões, a CSP-Conlutas e suas lutas. O desafio é intensificarmos esse processo e construirmos uma Central cada vez mais forte.

#### *4. Fortalecer a CSP-Conlutas e avançar na organização classista dos trabalhadores*

Diante do aprofundamento dos ataques neoliberais aos direitos sociais e do processo de reorganização da classe trabalhadora, desde sua origem, como Coordenação Nacional de Lutas, a CSP-Conlutas constitui-se em importante referência para a luta dos

trabalhadores. Entretanto, diante dos desafios postos, permanece a necessidade de aglutinar os setores classistas, os movimentos populares, entidades sindicais e juventude, na luta contra o capital. Nesse sentido, é fundamental que nossa Central intensifique ações conjuntas com movimentos sociais e organizações sindicais combativos, inclusive aqueles que não estão filiadas à CSP-Conlutas, tal como vem sendo consolidado no Espaço de Unidade de Ação, desde 2012.

O ANDES-SN, conjuntamente com a CSP-Conlutas, tem participado da construção desses espaços. No último período temos avançado na unificação de setores combativos da sociedade brasileira, como por exemplo, o Comitê Nacional em defesa dos 10% PIB para a educação pública. Já, o I Encontro Nacional de Educação, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais. Essas experiências, marcadas pela perspectiva agregadora e uma orientação classista, são importantes exemplos de ações que levam nossa Central ao seu maior crescimento político.

Pela própria natureza do sistema capitalista, em razão de suas crises permanentes, que atualmente atinge patamares de barbárie, se faz absolutamente necessária a construção de um programa da classe trabalhadora para superar o domínio do capitalismo na perspectiva da emancipação humana, de uma sociedade sem exploradores e explorados. Daí, a nossa filiação à CSP-Conlutas, enquanto Central classista, que se justifica, dentre outros motivos, pela possibilidade de unificar as mais diversas pautas reivindicativas e amplificar o escopo dessas pautas para um conjunto maior de trabalhadores e trabalhadoras. De fato, as pautas reivindicativas dos diversos segmentos dos trabalhadores estão intimamente relacionadas entre si, sendo impossível conquistá-las isoladamente, apenas por meio da luta econômica-corporativa.

Este fortalecimento é premente na conjuntura atual. O Brasil passa por uma enorme crise econômica, política e social. Com o aprofundamento da crise econômica, o Governo Federal intensifica a política de ajuste fiscal, com ataques aos direitos sociais (a exemplo das MPs 664 e 665), voltada para os lucros de grandes empresas, empreiteiras, bancos e agronegócio. O estelionato eleitoral de Dilma e do PT, desmoralizou rapidamente o governo, levando-o ainda mais à direita e acentuando suas posições conservadoras. A oposição de direita (PSDB à frente), por sua vez, critica um governo que segue sua cartilha neoliberal. Ambos os blocos que servem ao capital governam junto com o conservador Congresso Nacional capitaneado pelo PMDB, buscando atacar direitos, empregos e salários dos trabalhadores, de modo a evitar que os ricos e as empresas paguem a conta da crise. A polarização entre governistas e oposicionistas de direita, que se espraia para as ruas, mas sem questionar o projeto econômico-social implementado no país, tendo, inclusive, um viés predominantemente conservador.

Em contraposição, a classe segue em movimento e luta. Professores paulistas, paraibanos e paraenses estão em greve; servidores públicos do Paraná, com a ocupação da Assembleia Legislativa, evitaram a aplicação do ajuste fiscal do governo Richa; petroleiros lutam contra a predação da Petrobras por empreiteiras e políticos corruptos; metalúrgicos evitam demissões com greves; trabalhadores do COMPERJ e garis no Rio de Janeiro mobilizam a cidade e o Estado contra os governos e os patrões. Movimentos sociais gaúchos foram às ruas em 12 de março contra todos os partidos da ordem. Estudantes maranhenses também saíram em manifesto contra o aumento da tarifa no transporte público. Essas lutas são exemplos da reação dos trabalhadores ao aprofundamento da crise.

Esse processo demanda, com urgência, a construção e consolidação de uma alternativa classista dos trabalhadores. A CSP-Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação são poderosos instrumentos neste sentido. Nossa Central deve construir, em seu 2º Congresso, uma plataforma de lutas para o enfrentamento da crise que coloque, sobre os ombros dos capitalistas, o custo do atual modelo de desenvolvimento, que precisa ser radicalmente modificado. O fortalecimento da Central, como ferramenta de unidade da classe, é fundamental para respondermos numa perspectiva classista e anticapitalista à crise instalada no Brasil. A realização do 7º CONAD Extraordinário, com o tema “Contribuições do ANDES-SN ao 2º Congresso da CSP-Conlutas”, evidencia o compromisso e disposição política de nosso Sindicato em continuar fortalecendo nossa Central Sindical e Popular.

## **TR - 1**

O 7º CONAD Extraordinário delibera que o ANDES-SN apresente ao 2º Congresso da CSP as seguintes proposições:

### **1. Balanço de atividades e Plano de Ação:**

**1.1** Intensificar ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, tal como vem sendo consolidada no Espaço de Unidade de Ação.

**1.2** Buscar a mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, as terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação.

**1.3** Reforçar a articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, numa orientação de luta anticapitalista.

**1.4** Defender a liberdade e autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT), contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade, imposto e investidura sindical.

**1.5** Realizar campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unidade sindical.

**1.6** Denunciar a crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização dos trabalhadores da educação, e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024).

**1.7** Envidar esforços para a criação e fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública.

**1.8** Propor aos Comitês Estaduais a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação, envidando esforços na sua construção.

### **2. Organização da Central, Estatutos e Direção**

**2.1** Manter sua estrutura organizativa democrática e horizontalizada em todas as

instâncias deliberativas (Congresso e Coordenação), na Secretaria Executiva e Conselho Fiscal, em âmbito nacional, regional e/ou estadual, constituídas por representantes de entidades sindicais, oposições e minorias e demais movimentos sociais, eleitos por suas respectivas bases.

**2.2** Envidar esforços para que, até seu 3º Congresso, a CSP-Conlutas esteja enraizada em todo Brasil, com a instituição das Coordenações, Secretarias Executivas e Conselhos Fiscais Estaduais e/ou Regionais.

**2.3** Manter sua autonomia e independência financeira e posição contrária ao Imposto Sindical, lutando por sua extinção.

## **TEXTO 2**

*Contribuição da Diretoria da ADUFF-Ssind Biênio 2014/2016*

[REDACTED]

## **PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO - PROPOSTAS DO ANDES-**

[REDACTED]

### **SN PARA O 2º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS**

[REDACTED]

## **TEXTO DE APOIO**

[REDACTED]

Desde que, em seu 23 Congresso, em 2004, o ANDES pautou a discussão sobre a

[REDACTED]

desfiliação da CUT (aprovada no congresso do ano seguinte), nossas deliberações

[REDACTED]

congressuais tem apostado na construção de uma articulação ampla de todas as

[REDACTED]

forças do movimento sindical e dos movimentos sociais que compartilhem uma

[REDACTED]

perspectiva, autônoma, combativa e classista. Assim, no 23º Congresso aprovou-

se que:

“o ANDES-SN empenhe-se, ao longo de 2004, em construir um pólo

de resistência sindical às reformas do governo Lula, envolvendo

sindicatos filiados ou não à CUT, na defesa do movimento

sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no

sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do

setor público e do privado, bem como de formalizados e

precarizados”

No ano seguinte, com a consumação da desfiliação à CUT, o 24º congresso

aprovou a reafirmação daquele empenho e encaminhou a participação em todos

os fóruns em que tal unidade pudesse ser construída, definindo que o ANDES-

SN:

“continue, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um

polo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa

do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que

caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da

cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e

precarizados;

reafirme seus princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado e patrões e intensifique, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a CNESF, CONLUTAS e outros, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária”

Mesmo após a filiação à então CONLUTAS (em 2007), o ANDES-SN

permaneceu defendendo a ampliação e unidade do polo classista e combativo.

Um momento decisivo foi a articulação, entre 2009 e 2010, de um congresso de

unificação (o CONCLAT), que acabou por acontecer em junho de 2010. No seu

29º Congresso, que antecedeu ao CONCLAT, o ANDES-SN aprovou que iria se

empenhar para:

“Contribuir para o avanço do processo de reorganização da classe

[REDACTED]

trabalhadora, atuando ativa e decisivamente (no âmbito da [REDACTED] CONLUTAS) no processo de unificação e construção de uma [REDACTED] (nova) central (classista) ampla, (sindical e popular) capaz de [REDACTED] colocar num patamar superior de enfrentamento as lutas contra as [REDACTED] ofensivas que essa classe vem sofrendo por parte do Estado, dos [REDACTED] governos e do capital.”

[REDACTED]

O CONCLAT, entretanto, não consumou a unificação pretendida e embora a [REDACTED] CSP-CONLUTAS, dele nascida, tenha se ampliado desde então, ainda estamos [REDACTED] distantes de ter dado um salto significativo, nestes mais de 10 anos, no esforço de [REDACTED] unificação das entidades e movimentos combativos e classistas, passo que [REDACTED] poderia ser decisivo para a construção de um horizonte mais promissor no [REDACTED] processo de reorganização da classe trabalhadora.

[REDACTED]

Embora não caiba aqui retomar toda uma avaliação do processo que levou ao [REDACTED] fracasso do intento inicial de unificação do CONCLAT de 2010, uma questão que [REDACTED]

dividiu os debates naquele momento permanece merecendo maior

aprofundamento na discussão. O modelo de gestão democrática da Central ali

aprovado envolve, basicamente, três instâncias nacionais (replicadas

regional/estadualmente): congressos a cada dois anos; reuniões de coordenação

nacional a cada dois meses e uma Secretaria Executiva Nacional escolhida pela

primeira reunião da coordenação nacional após o congresso. A ideia das reuniões

de coordenação nacional abertas a representantes de todas as entidades e

movimentos filiados é positiva e garante maior horizontalidade nos

encaminhamentos da central, da mesma forma que o princípio de que os

mandatos dos participantes da secretaria executiva pertencem às entidades de

base de quem ocupa esses cargos, não às pessoas. No entanto, a eleição da

secretaria executiva fora da instância maior da central continua a causar

estranhamentos e a alimentar avaliações de limites à democracia interna. Algo

agravado pelo fato de que a publicidade de quem são os componentes dessa

secretaria executiva nacional ser restrita (não há, por exemplo, um espaço no sítio



eletrônico da CSP em que se encontre a nominata, só sendo acessível uma lista

dos escolhidos incompleta no relatório do 1º Congresso). O que é agravado pelo

descumprimento, ainda que deliberado nas instâncias da CSP, do prazo estatutário

de dois anos para a realização dos congressos nacionais da central. E lembremos

que a passagem do prazo estatutário dos congressos da CUT de dois para três

anos, em 1988, foi considerada por muitos de nós um dos primeiros passos da

burocratização e giro à direita da direção daquela central. Há, portanto, elementos

a aperfeiçoar no processo democrático de deliberações da CSP- CONLUTAS.

Feito esse registro, estamos certos de que a opção do ANDES-SN pela desfiliação

da CUT e construção da CONLUTAS/CSP-CONLUTAS foi acertada e que

estamos no caminho correto ao construir uma central sindical e popular. No

entanto, estamos ainda muito distantes de um patamar que propicie à CSP-

CONLUTAS ter um papel de protagonista na organização e construção das

grandes lutas que a classe necessita desenvolver para enfrentar os ataques aos

direitos e as demais políticas do capital.

Isso pode ser observado por dados quantitativos e avaliações qualitativas.

Segundo os dados da Central , em seu primeiro congresso após o CONCLAT, em

2012, reuniram-se representações de 114 sindicatos, mais de uma centena de

oposições sindicais e 12 movimentos sociais, além de entidades de luta contra as

opressões e do movimento estudantil. O Ministério do Trabalho reconhece

atualmente (março de 2015) a filiação de 100 entidades à CSP (e anota outras 93

como filiações não reconhecidas). Para se ter uma ideia, a CUT tem 2.301

entidades filiadas reconhecidas (e mais de 1.300 que não o são) pelo Ministério.

Das quase 8000 entidades sindicais filiadas a centrais reconhecidas pelo

Ministério, a CSP-CONLUTAS reúne menos de 1,5%.

A ainda baixa representatividade quantitativa da CSP, entretanto, não

necessariamente seria um impeditivo para que ela pudesse ter um papel mais

destacado. E de fato, em momentos como as greves de operários dos canteiros de

obras do PAC desde o início desta década, em movimentos de professores da rede

pública, no apoio a setores que fizeram greves em clara oposição à burocracia

sindical, como nos movimentos de garis no Rio de Janeiro, ou mesmo nas lutas

dos desempregados do COMPERJ, a CSP- CONLUTAS, em conjunto com

algumas outras entidades e militantes, não apenas esteve presente, como teve

papel importante .

No entanto, nos momentos em que a unidade da luta na perspectiva classista mais

se fez necessária, a CSP demonstrou não possuir condições para exercer um

protagonismo maior. O exemplo mais evidente foi justamente junho de 2013.

Não há aqui espaço para retomar todo o debate sobre o caráter daquela onda de

mobilizações, embora tenhamos clareza de que, apesar de toda a disputa política

envolvida naqueles atos, o substrato das reivindicações que eclodiram das ruas

tinha um forte conteúdo de classe, representando os descontentamentos e

demandas mais latentes de amplas parcelas da classe trabalhadora. A CSP,

entretanto, que foi construída com o argumento correto de que era preciso ter

ferramentas de organização da classe para dirigir as lutas que fatalmente teríamos

que enfrentar quando uma “onda” de mobilizações atingisse o Brasil, não ocupou

um espaço relevante durante as manifestações e embora tenha investido na

unidade com outras centrais para construir dois dias nacionais de lutas nos meses

seguintes, não foi capaz de dar-lhes um conteúdo mais mobilizado e de confronto

com a ordem. O investimento feito pela central na construção do Espaço de

Unidade e Ação é, nesse sentido, um reconhecimento dos nossos limites e, por

isso mesmo, um grande acerto.

Portanto, apontar limites não deve ser confundido com culpabilizar a central ou

sua direção. O quadro atual da luta de classes no Brasil é muito difícil para as

organizações dos trabalhadores orientadas por uma perspectiva mais combativa.

De um lado, porque as transformações nas relações de trabalho nas últimas

décadas acentuaram a precariedade e a insegurança inerentes à situação da classe

trabalhadora. O resultado foi, em grande medida, uma fragmentação das lutas e

movimentos, com grande dificuldade para construção de mobilizações unitárias,

que representam ao fim e ao cabo um perfil mais classista. O que é agravado, e

muito, pelo processo de incorporação à ordem dos quadro dirigentes da CUT e de

diversos movimentos sociais, mais visível desde 2003 por sua postura de  
[REDACTED]  
prioridade para a defesa do governo, mesmo que contra os interesses de suas  
[REDACTED]  
bases e da classe trabalhadora em geral.

[REDACTED]  
Essas avaliações se fazem necessárias, portanto, no sentido de fortalecer a CSP e  
[REDACTED]  
avançar na sua ampliação, nos moldes do que viemos defendendo no interior do  
[REDACTED]  
ANDES-SN, desde 2004, para garantir que a central possa desempenhar um  
[REDACTED]  
papel mais decisivo no próximo período. E a conjuntura nos mostra o quanto  
[REDACTED]  
carecemos de uma intervenção mais decisiva da classe trabalhadora organizada  
[REDACTED]  
por entidades combativas, diante do quadro atual.

[REDACTED]  
O ANDES-SN pode e deve dar uma contribuição mais relevante a esse processo.  
[REDACTED]

Pela sua condição de Sindicato Nacional e suas responsabilidades como maior  
[REDACTED]  
entidade de base na CSP, é preciso que oriente de forma mais decidida suas  
[REDACTED]  
Seções Sindicais a participar dos espaços da central. Por outro lado, dada a  
[REDACTED]  
capilaridade do trabalho de pesquisa e extensão em que se envolvem diferentes  
[REDACTED]  
setores das Universidades, docentes são e podem ser canais de ligação entre  
[REDACTED]

diferentes movimentos sociais. Não é à toa, muitos desses movimentos procuram

as Seções Sindicais em busca de suporte político e material. É importante que

seja feito um esforço para que esses contatos e relações entre as Seções Sindicais

e os mais variados movimentos sociais sejam pontos de partida para a agregação

de novos movimentos à CSP-CONLUTAS.

Assim, nossas propostas reforçam o apelo à integração do ANDES-SN, com suas

seções sindicais, em todas as instâncias da CSP e, no que tange ao

funcionamento da central, seguem em 3 direções: 1) investir ainda mais na

criação de espaços para articulação entre a miríade de movimentos sociais,

relacionados às mais variadas demandas da classe trabalhadora, que buscam

estabelecer relações com as entidades filiadas à CSP-CONLUTAS e vice-versa

(um bom exemplo nesse sentido é o do Espaço de Unidade e Ação, já alavancado

pela central); 2) avançar na democracia interna e perspectiva anti-burocrática de

organização da CSP; 3) ampliar quantitativamente as filiações à Central, assim

como aperfeiçoar, qualitativamente, sua capacidade de intervenção política na

correlação de forças da luta de classes na sociedade brasileira. Nesse sentido,

propomos:

## TR – 2

O 7º CONAD Extraordinário delibera:

1. que o GTPFS realize, até o Congresso do ANDES-SN de 2016, um

levantamento acerca da participação das seções sindicais do ANDES-SN nas

estaduais/regionais da CSP-Conlutas;

2. que as diretorias integrantes das secretarias regionais do ANDES-SN

acompanhem, na qualidade de observador, as reuniões das coordenações

estaduais da CSP- CONLUTAS;

3. que as Seções Sindicais do ANDES-SN participem efetivamente das

estaduais/regionais da CSP-CONLUTAS, contribuindo nos GTs de Educação; de

Saúde do Trabalhador e participando dos setoriais dos servidores públicos e da

composição das direções estaduais;

E indicamos o encaminhamento das seguintes propostas de resolução ao

2º Congresso da CSP-CONLUTAS:

1. instituir uma secretaria nacional e, especialmente, secretarias estaduais de

articulação e solidariedade entre movimentos, com o objetivo de organizar o

apoio da Central a todo o tipo de movimento social e às diversas lutas grevistas e

mobilizações conduzidas por categorias sem apoio ou contra a linha das direções

sindicais. Tais secretarias se encarregariam de acompanhar os movimentos,

receber solicitações de apoio material e político e coordenar as ações de

solidariedade e a participação das entidades filiadas, de forma a consolidar a

imagem e o papel da CSP-CONLUTAS como verdadeiro polo de articulação

entre sindicatos e movimentos sociais, assim como seu lugar de referência maior

de resistência e combatividade;

2. organizar atividades de formação, troca de experiências e apoio mútuo entre as

oposições sindicais e as instâncias da Central;



3. fortalecer o Espaço Unidade e Ação no sentido de ampliar a participação de [REDACTED] movimentos populares e entidades sindicais;

4. desenvolver os setores de comunicação das instâncias nacional e estaduais da [REDACTED]

CSP, por meio de mecanismos e procedimentos de integração com os [REDACTED]

departamentos de imprensa/comunicação das entidades filiadas, criando [REDACTED]

condições para que a comunicação da Central atue como espaço de intercâmbio [REDACTED]

de informações entre entidades e movimentos filiados, por exemplo, recebendo, [REDACTED]

selecionando e distribuindo material escrito e audiovisual produzido por cada [REDACTED]

entidade/movimento filiado para todos os demais; [REDACTED]

5. reformar os estatutos da Central, estabelecendo que o fórum de eleição da [REDACTED]

Secretaria Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS passa a ser o Congresso [REDACTED]

Nacional (com a mesma lógica aplicada aos estados/regionais), respeitado o [REDACTED]

princípio da vinculação dos mandatos às entidades de base dos participantes. [REDACTED]

Aprovada neste Congresso, tal modificação entrará em vigor no próximo [REDACTED]

Congresso Nacional da CSP (2017). Até lá, novas entidades e movimentos que [REDACTED]

aderirem à Central poderão ser incorporadas à Secretaria Executiva Nacional, a

critério da Coordenação Nacional, como vem acontecendo.

Por fim, propomos que a diretoria do ANDES-SN reivindique que os

observadores tenham direito a fala no II Congresso da CSP-CONLUTAS.

### **TEXTO 3**

*Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)*

## **O PROCESSO DE BUROCRATIZAÇÃO E ESTATIZAÇÃO DA CUT**

### **TEXTO DE APOIO**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, por ocasião do primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Bernardo do Campo-SP. O contexto de sua fundação é de crise da Ditadura Militar e de reorganização do movimento operário, camponês, popular e estudantil. O período do final da década de 1970 ao começo da década de 1980 é marcado pelo avanço do movimento grevista, particularmente no ABC paulista, que influencia e se espalha por várias regiões do país. As paralisações de diversos setores do proletariado em defesa de suas reivindicações mais elementares se chocavam com um regime político militar em decadência, que impedia a livre manifestação e organização político-sindical e reprimia violentamente as greves, as manifestações e impunha o bipartidarismo. É nesse contexto também que ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, mais adiante, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As consequências da crise mundial do capitalismo, o impacto sobre a economia nacional, como o arrocho salarial, o confisco dos salários, a inflação alta, as péssimas condições de vida e trabalho, a intensificação do processo de exploração da força de trabalho, enfim, os ataques dos sucessivos governos levam as massas de assalariados a se erguerem num poderoso movimento de luta. Só em 1978, 539.037 trabalhadores cruzaram os braços em todo o país, incluindo trabalhadores rurais. Na região do ABC paulista destacou-se um conjunto de sindicalista, dirigidos por Luís Inácio Lula da Silva, no setor dos metalúrgicos, que passaram a liderar as manifestações e greves, em conflito com o chamado “velho sindicalismo”, praticado pelo trabalhismo getulista, sob

controle do estado e do Ministério do Trabalho, ao qual havia se adaptado o braço sindical do velho Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Nos anos 1980, particularmente no primeiro governo após o fim da Ditadura Militar, de José Sarney, a CUT, dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (por sua vez, sob a direção da Articulação, corrente de Lula, jogou um importante papel na centralização das lutas e movimentos grevistas nacionais. Diversas categorias paralisaram as suas atividades contra o aumento de preços e a alta inflacionária, que corroíam os salários, além do crescimento da dívida pública. Inúmeras greves despontaram ao longo desses anos, como as de 1983, 1986, 1987 e 1989. A partir dos anos 1990, sob impacto das transformações ocorridas no PT, a CUT vai se burocratizando cada vez mais. O PT, dirigido por setores reformistas e democratizantes, colocou sempre como objetivo a realização de reformas no capitalismo, a aplicação de medidas de desenvolvimento econômico e a democratização do Estado burguês. Difundiu quase sempre que, uma vez no poder, tomaria decisões a favor dos trabalhadores assalariados e levaria a frente uma reforma agrária a serviço dos camponeses.

Nos anos 1990, não só o PT se dirige cada vez mais ao eleitoralismo e às disputas interburguesas, recebendo altos financiamentos de empresas, como a CUT capitula ao chamado “sindicalismo propositivo”. A sua direção se torna incapaz de levar a frente um poderoso movimento grevista contra os ataques dos governos neoliberais, como os de Collor, Itamar e, particularmente, FHC. Na histórica greve dos petroleiros de maio de 1995, declarada ilegal pela justiça e reprimida pelo Exército nas refinarias com o uso de tanques e metralhadoras, a direção da CUT se prostrou diante dos ataques ao direito de greve. Com a vitória do PT nas eleições de 2002, depois da assinatura da Carta ao Povo Brasileiro (em que a candidatura de Lula se comprometeu com os contratos e acordos assumidos pelos governos anteriores, a defesa da ordem social e o estímulo ao capital, inclusive ao agronegócio), a CUT foi, enfim, estatizada pelos governos de Lula. Não só apoiou o novo governo, junto com outras entidades e movimentos (UNE, MST), como passou a representar os interesses do governo burguês no interior do movimento operário. Nenhuma ação efetiva foi esboçada diante da aprovação da Reforma Previdenciária (2003) e da Reforma Sindical. Gradativamente, os governos do PT impuseram medidas flexibilizadoras das condições de trabalho. O chamado Acordo Coletivo Especial (ACE), proposto pela burocracia sindical, só não foi adiante por causa das denúncias e da mudança da situação política com a crise de 2008.

A direção governista da CUT se coloca claramente na defesa do Estado e do governo burguês contra o proletariado e demais explorados. A burocracia cutista venal transformou seus congressos em espaços formais de aprovação da política de conciliação de classes com os capitalistas e governo. É impotente diante do ajuste fiscal (Plano Levy/Dilma), dos cortes de recursos para a educação, saúde e moradia e das MPs 664 e 665. Da nossa parte, sempre travamos a luta contra a burocratização e estatização da entidade, denunciemos a burocracia e a política de conciliação de classes, nos colocamos na defesa da formação de uma fração revolucionária, que trave a luta concreta para retomar os sindicatos e a central do controle da burocracia, colocando-os a serviço da luta de classes do proletariado e demais explorados. A luta conta a burocratização e estatização do movimento operário é decisiva para o próximo período.

O 7º Conad extraordinário delibera por:

1. Lutar contra a burocratização e estatização dos sindicatos e centrais sindicais;
2. Defender a democracia sindical e a independência política de classe das entidades diante do Estado, governos e partidos da burguesia;
3. Por um vigoroso movimento nacional de luta contra as medidas antipopulares e antinacionais do governo Dilma Rousseff (PT) e dos governos estaduais, que atacam conquistas e direitos dos trabalhadores;

#### **TEXTO 4**

*Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCEG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)*

### **O DIVISIONISMO COMO EFEITO DA REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA DO GOVERNO LULA (PT)**

#### **TEXTO DE APOIO**

A reforma sindical e trabalhista, proposta no primeiro mandato de Lula, não foi um raio em céu azul. Corou um processo de adaptação do PT à via eleitoral, com o desenvolvimento da defesa da estratégia de democratizar o Estado burguês, materializado na defesa de um governo democrático-popular. Tal concepção já pressupunha a conciliação de classes, enxergando como aliada a fração "progressista" da burguesia. Nota-se a reedição da concepção etapista do estalinismo.

A estatização e burocratização da CUT tampouco ocorreu magicamente com a eleição de Lula. Foi construída tijolo por tijolo pelas correntes majoritárias do PT com o auxílio e cumplicidade das próprias esquerdas que, posteriormente, promoveram o divisionismo. Em congressos passados da CUT, antes da cisão, a corrente Articulação defendia formalmente a autonomia da Central e o suprapartidarismo, mascarando o aparelhamento da entidade por parte do PT. Enquanto isso as esquerdas (PSTU, PCO e O Trabalho) chegaram a propor moções de apoio da CUT a Lula, alegando que se tratava de uma candidatura operária. Contribuíram para o aprofundamento da via contrária à independência de classe.

A Reforma Sindical e Trabalhista de Lula foi incubada no interior da própria CUT. Origina-se nas exigências de "flexibilização" e desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Apesar de ter surgido como uma ruptura com a estrutura sindical oficial, fruto de um movimento de massas, a direção reformista levou a entidade ao caminho da conciliação de classes, da burocratização e estatização. Um degrau importante, neste sentido, foi a defesa do "sindicalismo cidadão", "propositivo", aprovado em 1990. Antes mesmo da Reforma Sindical de Lula já se colocava em prática a conciliação de classes (com as Câmaras Setoriais) para contribuir com a destruição de direitos (banco de horas, emendas à reforma previdenciária de FHC, quebra da greve dos petroleiros). Esta política da direção da CUT foi importante para afiançar que Lula seria confiável para gerenciar os negócios da burguesia.

Em 2002, junto com a “Carta ao Povo Brasileiro”, que já mostrava a submissão da candidatura de Lula às frações burguesas, o programa do candidato indicou seu plano para o sindicalismo, tendo como norte “a construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna”. A conciliação de classes era explícita: “A garantia e o estímulo ao diálogo, às negociações e ao fortalecimento das instituições representativas do patronato e dos trabalhadores devem integrar, de forma relevante, as políticas de Estado”. O programa foi assinado por todos partidos da coligação, dentre eles o PCB. Mesmo com todas as demonstrações de que tratava-se de mais uma candidatura que levaria a um governo burguês, antinacional e antipopular, as correntes que hoje protagonizam cisões chamaram os explorados a votarem no PT. O PCB e o que se tornaria o PSol compoendo organicamente a coligação e o PSTU, de fora, com o voto crítico no segundo turno.

Com a vitória de Lula, a burocracia sindical cutista passou a integrar o Estado. Teve papel importante na criação do Fórum Nacional do Trabalho. Os eixos propostos na Reforma Sindical e Trabalhista eram: pacto social; livre negociação (supremacia do negociado sobre o legislado); atrelamento das entidades sindicais ao Estado; incentivo ao divisionismo por meio do pluralismo sindical; fortalecimento das centrais com poder às cúpulas, ferindo a autonomia das entidades e assembleias de base; restrições cada vez maiores ao direito de greve, com comunicado com antecedência de 72 horas, manutenção de serviços essenciais, legalização de fura-greves, criminalização dos piquetes e outros métodos operários.

Ainda no interior da CUT foi travada uma luta contra a integração da Central ao Estado, porém, com a cisão superestrutural, à revelia das massas, a burocracia sindical cutista ficou com as mãos livres para manter o domínio sobre o movimento operário. Percebe-se que, apesar de o argumento da ruptura ter sido a burocratização e estatização da CUT e o combate à Reforma Sindical e Trabalhista, o PSTU, criador da Conlutas e o PSol, criador da Intersindical, tiveram seu papel na estatização da Central e adaptaram-se à reforma de Lula, ao reforçar o divisionismo.

O pluralismo sindical da reforma de Lula significa, na prática, a fragmentação das entidades sindicais. A opção entre “exclusividades da representação” ou “liberdade sindical” se traduz na opção entre atrelamento ao Estado ou reforço da fragmentação. Os chamados sindicatos exclusivos devem adotar um estatuto-padrão, além de ter 20% de sindicalizados. Já os sindicatos “livres” sofrerão com a divisão da base, pois as centrais, confederações e federações poderão criar sindicatos biônicos, de cima para baixo. Correntes políticas no interior do Andes-SN embarcaram na política divisionista. Incentivaram a criação de seções sindicais onde havia domínio das burocracias ligadas à CUT. O movimento docente tem sofrido com a fragmentação das entidades na categoria, com associações docentes enfraquecidas e até mesmo imobilizadas por disputas judiciais por reconhecimento da representação.

No I Congresso da Conlutas, em 2008, já se mostrou mais uma adaptação, a direção do PSTU propôs e o congresso aprovou a seguinte resolução: “A Conlutas lutará pela sua legalização e vai reivindicar do Estado seu pleno reconhecimento e legalização como Central Sindical e Popular. Obviamente, a Conlutas deve fazer isso sem admitir que este reconhecimento e legalização imponham qualquer tipo de restrição à sua independência e autonomia frente ao Estado e aos patrões... A Conlutas mantém sua posição contrária ao imposto sindical e à decisão de não receber o que caberia pela lei aprovada no Congresso Nacional”. O PSTU fez questão de afirmar que a legalização não significava submeter-se às imposições do governo, mas que seria importante para permitir negociar e assinar acordos. Ou seja, mesmo sem receber a fortuna vinda do imposto sindical, a

Conlutas se propõe a fazer o mesmo que as burocracias sindicais: negociar por cima das decisões das assembleias de base.

As recorrentes deliberações de “enraizamento da CSP-Conlutas” confirmam a caracterização que o Partido Operário Revolucionário (POR) fez desde o início: não se trata de uma nova central nascida de um levante dos trabalhadores, mas sim uma ação política aventureira do PSTU. A legalização de uma Central deve ser imposta ao Estado pela luta dos trabalhadores, mas a Conlutas, com sua composição majoritariamente pequeno-burguesa, não tem força suficiente para isto. Sem isso, a legalização comparece como um pedido ao Estado nos marcos de uma reforma sindical que fortalece as burocracias sindicais. Não por acaso, a cisão promovida pelo PSTU foi seguida por outras, até mesmo no campo do governismo, como a criação da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), dirigida pelo PCdoB.

Ao fazermos um balanço da atuação da Conlutas posterior a sua criação vemos que o que se constituiu foi uma burocracia de esquerda. O que se revela na composição da direção sem eleição e composição proporcional, pelos acordos de cúpula e pelo não rompimento com a política reformista. Ainda que haja diferenças de grau e ritmo, acaba adotando os acordos malditos, com aceitação de Programas de Demissão Voluntária (PDVs) e Layoffs. Compõe espaços de pacto social, como a “Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, criada pelo governo Dilma para sufocar as greves-levante nas obras do PAC.

Neste percurso, confirmou-se a tese de Leon Trotsky de que, na época imperialista, os sindicatos ou estão em guerra aberta contra a exploração ou acabam estatizados por uma direção aburguesada. A tarefa que se coloca não é a de criar novos sindicatos e centrais, mas sim de lutar intransigentemente pela independência de classe e democracia sindical. Assim se enfrenta as burocracias sindicais traidoras, encasteladas nos aparatos. A criação de novas entidades só se justifica quando corresponde a um movimento de massas, que expressa a luta da base pela independência de classe. Não foi o caso do surgimento da Conlutas e muito menos da Intersindical.

O POR acompanhou todo o processo de formação da nova Central. Antes da cisão defendeu que a Conlutas se constituísse como uma fração revolucionária no interior da CUT para derrotar a direção burocrática e estatizante. Foi a única corrente a propor no Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT), de 2006, a não ruptura com a CUT. Mesmo tendo sido derrotados, continuamos intervindo tanto no Congresso da CUT, como nos da Conlutas, defendendo a unidade organizativa dos explorados.

A fragmentação sindical é um grande obstáculo à luta dos trabalhadores para resistir aos ataques da burguesia e seu Estado. As cisões promovidas pelos partidos indicam mera disputa aparelhista. As Centrais e sindicatos são organismos frentistas, devem expressar a diversidade de posicionamentos políticos existentes no seio dos explorados. A homogeneidade política que corresponde aos partidos políticos não pode ser transposta para as organizações sindicais. A garantia da democracia operária é fundamental para que as bases possam conhecer as posições divergentes e se posicionarem, é neste terreno que deve ser formada uma fração revolucionária que dispute a direção do movimento, com a bandeira de independência de classe.

Com a cisão já efetivada, não entramos na disputa aparelhista por filiações e desfiliações. Afirmamos que a luta pela unidade passa pela construção de um congresso de unificação e constituição de uma única central sindical, democrática, combativa e de

luta, independente do Estado, governos e partidos burgueses, sob a base da democracia operária.

## **TR - 4**

O 7º Conad extraordinário do Andes-SN delibera:

1. Lutar em defesa do direito irrestrito de greve, pelo fim das medidas antigreve do governo e da Justiça;
2. Que o Andes-SN se posiciona contra o divisionismo no movimento sindical e pela unidade nacional dos explorados;
3. Rechaçar a estatização das centrais, combater sistematicamente o imposto sindical, denunciar a corrupção nos aparatos sindicais governistas e levantar a bandeira de independência e democracia sindicais.

## **TEXTO 5**

*Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)*

## **POR UMA ÚNICA CENTRAL, CLASSISTA E DEMOCRÁTICA**

### **TEXTO DE APOIO**

Depois da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), proliferou a criação de novas centrais. A classe operária deu um importante passo ao libertar seus sindicatos dos interventores da ditadura e em centralizá-los por meio da CUT.

As greves dos metalúrgicos do ABC e a greve geral minaram definitivamente os esteios do regime militar. A expulsão dos interventores, o surgimento de novas direções e o ascenso grevista criaram as condições para a constituição da CUT. A iniciativa se deu ainda sob o governo dos generais. Venceu os obstáculos repressivos, já enfraquecidos pela crise econômica aberta em 1974 e pelo declínio do ciclo ditatorial. Venceu os obstáculos políticos levantados pelos velhos pelegos ainda vigorosos e pelas organizações estalinistas (PCB e PCdoB).

O sindicato metalúrgico de São Paulo cavou uma trincheira de combate à formação de uma central. As direções burocráticas e as correntes estalinistas não admitiam que a nova corrente sindical que se projetava como direção das greves exercesse a hegemonia político-organizativa. Essa foi a primeira divisão, que finalmente resultou na constituição da Força Sindical. Caracterizou-se como ação da fração burocrática direitista em abortar a formação de uma única central.

A disputa pelo controle do aparato conclui em divisão. E o controle de parte do aparato serve à casta burocrática para atuar no âmbito da política burguesa e para intermediar a luta de classes entre exploradores e explorados. As frações burocráticas se alinham aos partidos da ordem capitalista. O ministério do Trabalho acaba de reconhecer a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), criada pelo PMDB.

O governo Lula atendendo à burocracia regulamentou o funcionamento das centrais. Tratava-se não apenas de reconhecê-las legalmente, mas de estabelecer critérios de

recebimento do milionário imposto sindical e de utilização do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As centrais, assim, passaram a fazer parte da velha estrutura sindical, montada pelo Estado, tendo em seu vértice as federações e confederações. Os assalariados são espoliados anualmente para sustentar uma casta parasitária que serve à manutenção do capitalismo e a toda sorte de opressão.

No processo de criação de novas centrais, sobreveio o divisionismo no seio da própria CUT. O PSTU, PSOL e PCdoB/PSB lideraram três novas centrais. O PCB sem capacidade de aparato seguiu os divisionistas. A CTB criada pelos estalinistas passou a funcionar como apêndice da CUT. Expressa a participação do PCdoB no governo. A CSP-Conlutas serve de aparato para o PSTU centrista e a Intersindical ao Psol. Fazem oposição ao governo. No entanto, são incapazes de liderar uma parcela do proletariado e dos demais explorados contra a estatização dos sindicatos, pela conquista da democracia sindical e pela centralização nacional dos explorados.

A cisão com a CUT não resultou de um deslocamento de uma camada do operariado para o campo da independência de classe e do choque com o aparato burocrático de contenção da luta de classes. Foi uma operação divisionista, típica da burocracia sindical. É irrelevante, no caso, se foi uma cisão pela esquerda. Qualquer que seja a fração burocrática – de direita, de centro ou de esquerda – atua em posição contrária à centralização nacional do proletariado. Sobrevivem do divisionismo. Podem ser distintas quanto a aspectos da política, mas no fundamental têm por base constituírem obstáculo à unidade organizativa da classe operária.

É necessário combater o divisionismo burocrático com o objetivo estratégico de constituir uma única central sindical, operária e democrática. A bandeira de um congresso de unificação das centrais e constituição de uma central única serve ao objetivo de se opor ao divisionismo. Um congresso que nasça do levante dos explorados e esteja em contraposição à burocratização. A tarefa deve ser colocada desde já.

É parte desse objetivo a construção de uma fração revolucionária no seio do movimento operário, que empunhe o programa da revolução social. O Congresso da CSP-Conlutas deve fazer uma revisão crítica do processo de divisão da CUT, colocar-se por uma única central, defender um congresso de unificação e erguer-se como uma fração revolucionária, em cujo seio reine a democracia operária e a centralização prática. A luta pela centralização nacional da classe operária expressa a tarefas de enfrentar a burocracia, de derrotá-la e constituir uma direção revolucionária nos sindicatos.

## **TR - 5**

O 7º Conad extraordinário do Andes-SN delibera:

1. Que o Andes-SN defenda no 2º Congresso da CSP-Conlutas a defesa de um Congresso de unificação e constituição de uma única central sindical, democrática, combativa e de luta, independente do Estado, governos e partidos burgueses, sob a base da democracia operária.

## **TEXTO 6**

*Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)*

## **AS TAREFAS DIANTE DOS ATAQUES DOS GOVERNOS**



## TEXTO DE APOIO

A classe operária e os explorados em geral em todos os recantos do país encontram-se sob ataques do governo de Dilma Rousseff (PT) e dos governos estaduais, que aplicam sistematicamente medidas de restrições e destruição de direitos e conquistas dos trabalhadores, como as MPs 664 e 665, que restringem o acesso aos direitos ao seguro-desemprego e pensão por morte, de cortes de recursos nos setores sociais (educação, saúde e moradia) e contra o direito de manifestação e de greve. Não há outra via para a classe operária e demais explorados combaterem as conseqüências da crise mundial do capitalismo nas condições de vida e trabalho (aumento de preços, alta inflacionária, custo de vida, rebaixamento salarial, desemprego) e as medidas antipopulares e antinacionais dos governos, a não ser defendendo claramente a independência de classe diante do Estado, governos e partidos da burguesia e constituindo um vigoroso movimento nacional de luta de classes sob a base da democracia sindical. A tarefa central consiste em organizar a oposição revolucionária aos governos de Dilma e estaduais, por meio dos métodos da luta de classes (assembleias, ocupações, manifestações, greves).

Nossa avaliação da conjuntura política e do avanço da crise mundial do capitalismo é que os governos tomarão todas as medidas necessárias para proteger o grande capital nacional e internacional, imporão restrições ainda maiores aos explorados e reprimirão as manifestações e greves pelo país (inclusive com a pressão pela aprovação da Lei Antiterrorista antes das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro), com o auxílio da Justiça e dos órgãos de repressão do Estado. Os capitalistas por sua vez responderão à crise com a imposição de acordos rebaixados, cortes de salários e aumento das demissões. No plano da educação, o governo federal continuará com sua política de incentivo aos capitalistas do ensino por meio da drenagem dos recursos públicos para a esfera privada (Fies, Prouni, Pronatec), como contrapartida do processo de desagregação da educação pública em todos os níveis e das universidades públicas federais e estaduais por meio da imposição do Reuni e corte orçamentário.

No movimento operário e sindical os ataques se intensificam. Os operários da Volks de São Bernardo do Campo e os metalúrgicos da GM de São José dos Campos começaram o ano de 2015 tendo de enfrentar as ameaças de demissões. Na Volkswagen, as demissões em massa de 800 operários após as férias coletivas. Na lista de cortes são dois mil no primeiro mês do ano. A experiência tem mostrado que sem a fortaleza da luta e pressão sobre os patrões o panorama não mudará e mais demissões e arrocho virão. Na GM, a ameaça de demissão continua e não se tem qualquer dúvida quanto as próximas medidas da empresa.

A subserviente burocracia sindical governista há muito assumiu a política de conciliação entre capital e trabalho. Se curva diante das propostas do PDV e tenta convencer os operários dessa política de colaboração, que serve apenas para salvar os patrões de prejuízos na empresa. As constantes negociações das demissões à margem da presença dos explorados se tornaram uma condição para a burocracia tentar esconder dos explorados a sua política de colaboração de classes. É preciso terminantemente denunciar as manobras da burocracia sindical e rechaçar os cortes de salários e as ameaças de demissão, por meio das reivindicações que defendem os empregos e os salários. É preciso defender também a entrega das terras aos camponeses pobres e o atendimento à reivindicação de moradia para os sem-tetos. No plano da saúde, é preciso

defender a saúde pública diante do avanço da mercantilização e da privatização, contra os cortes orçamentários promovidos pelos governos.

## **TR - 6**

O 7º Conad extraordinário, diante da crise capitalista e dos ataques dos governos, delibera por defender:

1. Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários;
2. Estabilidade no emprego contra as demissões;
3. Emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar);
4. Reposição das perdas salariais, salário mínimo vital com escala móvel de reajuste (reajuste automático do salário de acordo com a elevação do custo de vida);
5. Fim de todas as medidas de flexibilização e precarização do trabalho;
6. Pela extinção de toda a legislação que restringe ou elimina a liberdade de expressão, manifestação e greve;
7. Abaixo as leis antigreve e as multas judiciais impostas aos sindicatos e grevistas;
8. Realizar uma campanha nacional de denúncia e combate à Lei Antiterrorista;
9. Combater a mercantilização, privatização e desnacionalização da educação, mediante a expropriação sem indenização do sistema privado e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham;
10. Defender a saúde pública contra o avanço da mercantilização e privatização, por meio da expropriação do sistema privado, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário.

## **TEXTO 7**

*Contribuição da professora Lúcia Helena de Paula Menezes – Sindicalizada da ADUFU-SS<sup>12</sup>*

---

<sup>1</sup> Texto elaborado por Lúcia Helena de Paula Menezes – Psicóloga- Professora Aposentada da UFU – Mestra em Educação pela UFU e filiada na ADUFU-SS, atualmente ocupando o cargo de Secretária Geral da UFU-SS

<sup>2</sup> Fundamental dizer que este texto não exprime posição da diretoria, mas exclusivamente minha como contribuição para discussão sobre a CSP- CONLUTAS, tema do CONAD EXTRAORDINÁRIO, que ocorrerá em BSB, nos dias 2 e 3 de Maio de 2015.

## **CSP-CONLUTAS COMO ESPAÇO DE CONQUISTAS PARA O/A TRABALHADOR/A E NÃO COMO OPOSIÇÃO RADICALIZADA MAS SEM CONQUISTAS SIGNIFICATIVAS**

### **TEXTO DE APOIO**

Estamos vivenciando um período conjuntural no Brasil em que as perdas para os/as trabalhadores/as, em especial, os/as Servidores/as Públicos/as Federais, estão sendo significativas, bem como as verbas destinadas às IFES (Ensino Superior e EBTT) estão se amofinando começando a faltar verbas para as despesas básicas, bem como os recursos para os HUs, principalmente após a criação da EBSERH, correndo-se o risco da perda de emprego para uma grande parte de funcionários/as contratados/as pelas fundações de apoio universitário. E, na vigência já da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, temos a clareza deficitária dos recursos financeiros e de pessoal nos HUs/HCs que optaram pela sua adesão à referida empresa.

Também enfrentamos um período histórico em que a população, após as jornadas de junho/julho de 2013 e manifestações em 2014, requerem como essencial a reforma política, onde se terá mobilizações populares e que deverão ser contundentes e terem a força do povo para verem as mudanças pleiteadas serem vitoriosas, pois que venham a expressar sua insatisfação com o modelo político de nosso país e o financiamento do dinheiro público, para as campanhas eleitorais dos Partidos Políticos já existente e próximo a criação de novos partidos, inclusive com a pretensão de Partidos da extrema direita como da extrema esquerda. Claro que não queremos nem um nem outro. Claro está que **todos os Partidos Políticos** têm acesso a estas verbas sendo uma fala demagógica a dos Partidos que dizem não recebê-la. Isto é muito fácil de conferir nos sites da Justiça Eleitoral. A questão é a de alguns Partidos recebem bem mais que outros, ou seja, os pequenos partidos, o que se torna injusto, pois os grandes partidos além de terem mais verbas para as campanhas têm mais tempo nos horários eleitorais. Além disso, os grandes partidos têm um maior financiamento por grupos poderosos, sejam banqueiros, empresários dos mais diversos naipes, além dos lobbys que fazem para seus grupos ganharem espaços no congresso nacional e com isso ditando as normas do poder.

Vivemos sim no jugo do Neoliberalismo com um capitalismo, que hoje se constitui mais que selvagem e globalizado com perdas estrondosas para as classes mais desprivilegiadas. Mas não podemos negar também que no Brasil, que não foge à regra mundial da dominação dos pequenos grandes grupos poderosos mundiais, mas vivemos doze anos de um governo que se propaga como democrático popular e que em suas campanhas eleitorais pleiteou a realização de proposições e alternativas, para se retirar a população ainda na miséria absoluta, de seu estado de miséria e também elevar as chamadas classes C e D, para o nível de classe média, com direitos ao ensino superior, a ter plano de saúde, a ter financiamento para poder estudar, a ter casa própria através do Minha casa Minha vida, a poder comprar móveis novos, a ter carro próprio, a fazer turismo e com isso do uso de voos aéreos. E, principalmente, poder todos os dias ter arroz, feijão e carne na mesa do almoço e do jantar. Um problema a ser equacionado é como também esses benefícios serem adquiridos pela anterior classe média, a quem exclusivamente ficou prejudicada.

As propostas do dito governo democrático popular, nestes doze anos de mandato de um Partido, que seu próprio nome já se qualifica como de trabalhadores – PT – tem cumprido com suas promessas. Mas para que se tornasse governável, considerou a

necessidade de alianças, muitas delas bastante duvidosas e insatisfatórias para seu eleitorado, se denominando um governo de coalizão, também no caso específico de nossa cidade e estado da união. Podemos e devemos questionar se realmente se tem um governo de uma verdadeira coalizão ou se seria mais um ajuntamento de partidos da esquerda e da direita, que se julgam no direito de estarem ad eter-num no gozo do poder de Estado. Hoje percebemos que o próprio PT já começa a realizar um movimento de busca de união e alianças com setores dos movimentos políticos, sindicais, dos sem terra, dos sem teto, do campo, sociais, culturais e tantos outros, se iniciando com reunião no campo de futebol de São Bernardo do Campo, onde ocorreram as grandes mobilizações dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas e as primeiras reuniões de articulação do Partido dos Trabalhadores, visto que a política econômica não está satisfazendo aos/as trabalhadores/as e já se observa o caminho do desemprego, especialmente na área da construção civil. Mas se percebe política para o campo com a agricultura familiar, financiamento para os/as pequenos/as produtores/as promissores/as de uma melhoria de vida, como também nas regiões de seca, mobilização de alternativas para se ter esse elemento essencial na vida, que é a água.

Mas estamos vendo uma grande insatisfação por parte da pequena e grande burguesia, que foram bater suas panelas francesas na rua, sendo que teve senhoras que levaram suas empregadas domésticas para baterem por elas, para não terem que estragar suas unhas. Também vimos nas manifestações do dia 08 e 15 de Março uma violenta onda de agressões a quem estava simplesmente usando a cor vermelha, a repórteres fotográficos e jornalistas políticos, por estarem cobrindo as manifestações. Outras coisas absurdas e burras como cartazes ofensivos ao Educador Paulo Freire julgando-o propulsor do Estado Comunista no Brasil. Mas ao se perguntar a quem segurava os cartazes quem seria Paulo Freire não tinham a menor noção de quem se tratava. Vários cartazes pedindo a volta do militarismo, ou seja, da ditadura militar, sem nem saberem o que foi esse período de trevas vividas por nós brasileiras e brasileiros do período de 1964 a 1985 do século passado. Além de uma discriminação escandalosa sobre os/as nordestinos/as, negros/as e a toda a comunidade LGBTT. O grande aliado de todo esse movimento divulgando a todo momento a realização dos movimentos, e dando espaço para figuras como Joaquim Barbosa (que prestou um grande desserviço ao Brasil) insulando a existência de operações fraudulentas e corruptas, é a grande imprensa capitaneada pela rede globo de televisão, como se tivessem ocorrendo pela primeira vez e com o PT. Tudo isto para se inflamar a população, inviabilizar o trabalho do congresso nacional e a não permissão de continuidade de ação do governo petista da Presidenta Dilma Rousseff, tentando criar um impasse e, como consequência um Impeachment Institucional. Não somos a favor da corrupção e tudo tem que ser bem explicado e apurado e os/as culpados/as devem ter a punição de acordo o seu grau de envolvimento nos escândalos.

Posto isto entramos no espaço ocupado pela CSPCONLUTAS que se coloca como radical oposição ao Governo Petista. Mas é uma Central Sindical localizada, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro e tem sua maior expressão sindical o ANDES-SN. Equivocadamente a Central se afasta dos movimentos de luta dos/as trabalhadores/as por melhorias políticas, somente com a pretensão de luta economicista, considerando como distracionismo político tudo que foge à luta pelo econômico. Esteve ausente no grande movimento por um plebiscito popular por eleições gerais, é contrário a se lutar pela reforma política, grande anseio de trabalhadores/as, não participou da construção do Plano Nacional da Educação correndo por fora com outro projeto, mas que não consegue nem lutar pela sua viabilização. Se nega a participar em atividades junto com outras centrais sindicais ou entidades governistas pretendendo com isso

manter sua “pureza” política e sindical, mas que não contribui em nada pelo movimento de lutas dos/as trabalhadores/as, na mudança para uma real mudança de regime político, dizendo para o socialismo, o que já não é fácil.

Portanto, é fundamental a CSP-CONLUTAS sair de seu ostracismo e purismo, de não se considerar como representante exclusivo da classe trabalhadora, pois não representa o desejo e a luta dos/as trabalhadores/as.

## **TR - 7**

O 7º CONAD Extraordinário delibera que:

1. A CSP-CONLUTAS participar com as demais Centrais Sindicais na luta pela manutenção da Democracia e da Petrobras.
2. A CSP-CONLUTAS participar do movimento pela Reforma Política
3. A CSP-CONLUTAS ser radical, na raiz da palavra, encampada as verdadeiras necessidades da Classe Trabalhadora

## **TEXTO 8**

*Contribuição dos professores Tiago Nicola (ADUSC); Cláudio Félix (ADUSB); Paulo Riela (ADUFS); David Romão (APUR); Celi Taffarel, Cláudio Lira (APUB); Joelma Albuquerque (ADUFAL); Fernando Cunha (ADUFPB); Flávio Melo, Érika Suruagy (ADUFERPE); Eudes Baima (SINDUECE); Marco Oliveira (SESDUFT); Domingos Savio (ADUNEMAT); Humberto Climaco, Patricia Sartoratto (ADUFG); Everaldo Andrade (ADUSP); Juanito Vieira (APESJF); Janaina Brum (ADUFPEL).*

## **BALANÇO POLÍTICO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CSP-**

### **CONLUTAS: UMA NECESSIDADE**

#### **TEXTO DE APOIO**

Motivado pelas discussões no 34º Congresso do ANDES-SN que exigiam um

balanço da atuação política da CSP-Conlutas, os delegados presentes se sentiram

incomodados de participarem do II Congresso da CSP-Conlutas sem uma

avaliação política da atuação desta organização na qual o ANDES-SN é filiado.

Contrários à posição da direção do ANDES-SN que não promoveu nenhuma

discussão ou realizou um balanço dos anos de sua filiação a CSP-Conlutas, os

delegados do 34º Congresso aprovaram que fosse realizado um CONAD

Extraordinário para fazer este balanço.

O que nos causou estranheza foi que na convocação deste CONAD foi suprimida

a íntegra da resolução do 34º Congresso que motivou o próprio CONAD. A

direção do ANDES-SN ao convocá-lo apresentou apenas a parte inicial da

deliberação, a qual sem a segunda não garante o espírito desta convocação

extraordinária. Por isso apresentamos aqui a resolução na íntegra:

**8. Realizar um CONAD Extraordinário, tendo como tema**

‘Contribuições do ANDES-SN para o II Congresso da

CSP-Conlutas’.

**8.1 Estimular as seções sindicais a realizarem**

**discussão e balanço sobre a CSP-Conlutas, para serem**

**debatidas no CONAD Extraordinário. (RELATÓRIO**

FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, p.95,

**grifo nosso).**

Porque a direção do ANDES-SN não enviou às seções a íntegra da resolução na

convocação para que estas pudessem discutir um balanço da CSP-Conlutas?

Afinal, foi uma posição congressual e uma necessidade expressa em várias falas

em plenário e nos grupos do 34º Congresso. É preciso apontar que essa tem sido

prática corriqueira dessa direção, que quando perde sua posição no congresso age

para que o mesmo não aconteça, como fez ao boicotar a participação nos atos do

dia 13 de março, passando por cima de da decisão congressual, a saber: “4.

**Realizar, nos dias 6 e 13 de março, dias de luta pela retirada das MPs 664 e**

**665, articulando com os demais servidores públicos dos estados e com a**

**CSP-Conlutas” (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN,**

p.100, **grifo nosso).**

**A unidade deve ser com os trabalhadores! O exemplo do dia 13 de março.**

Porque a diretoria do ANDES-SN não organizou suas bases para participar do ato

do dia 13 de março, já que tinha decisão congressual? Diante de uma situação

onde a luta de classes se acirra nas ruas é mais que necessário a unidade dos

trabalhadores com suas organizações.

Mas não é o que acha a CSP-Conlutas, que em artigo de 10.03, assinado por um

dirigente, condena o que chama de "lamentável papel da CUT e do MST" em atos

pró-governo no dia 13 de março e conclui "não estaremos nos atos do dia 13".

Para a CSP-Conlutas "nem 13, nem 15", mas afirma um membro da sua

executiva que "Essa efervescência é o resultado de um sentimento de indignação

majoritário do povo brasileiro contra o governo". Mas a única manifestação

contra o governo que ocorreu foi no dia 15 de março onde a direita, capacho do

imperialismo, com os seus partidos, mídia, empresários financiaram os atos!

Para a CSP-Conlutas é "governismo" um Dia Nacional de Luta (13 de março)

convocado para dizer:



-Abaixo as MPs 664 e 665!

-Defesa da Petrobras! Contra a entrega do petróleo às multinacionais!

-Corrupção se combate com Reforma Política: pela constituinte exclusiva e soberana!

Com essa posição a CSP-Conlutas e o ANDES-SN rompem a unidade dos atos do dia 28 de janeiro que a própria participou e que, posteriormente, foram adotados encaminhamentos no sentido de prosseguir a luta unitária da classe diante de um cenário de crise e ajustes contra os trabalhadores. É o que exige a situação atual: unidade de todos contra os ajustes, em defesa dos direitos.

Os ajustes do Plano Levy, adotados pelo governo federal, para fazer o superávit primário atingem diretamente direitos dos trabalhadores e serviços públicos. As Medidas Provisórias 664 e 665 restringem acesso ao seguro desemprego, pensões, etc; os cortes no orçamento (R\$ 7 bilhões só na educação) impactam nas universidades, Estados e Municípios.

O ato do dia 13 de março e aqueles que o sucedem como o dia 7 de abril contra o PL 4330 das terceirizações e os grandes atos dos trabalhadores em 1º de maio são parte de uma luta unitária da CUT, centrais sindicais e movimentos populares em defesa dos direitos (retirada das MPs 664-665), defesa da Petrobrás (contra sua privatização e entrega às multinacionais) e democracia (corrupção se combate com Reforma Política através de uma Constituinte). É a resistência dos trabalhadores com suas organizações que exigem que o governo mude a política econômica: abaixo o Plano Levy!

A classe trabalhadora brasileira já demonstrou que só a partir da unidade da classe e do fortalecimento das suas organizações é possível barrar os ataques e obter vitórias em períodos de crise, assim foi na reversão das demissões dos metalúrgicos da Volkswagen, assim foi na greve dos professores do Paraná.

**Fazer o balanço da CSP- Conlutas, mudar o rumo do ANDES: somar-se a**

**maioria organizada da classe na CUT e nas ruas!**

O momento exige a ação unitária de toda classe trabalhadora. O ANDES-SN

precisa servir de elemento impulsionador das lutas e de construção da unidade, e

não como um obstáculo. Neste CONAD é possível iniciar este balanço indo à raiz

dos problemas e encaminhar as bases do sindicato uma demanda abertamente

exposta no Congresso: realizar o balanço da CSP-Conlutas.

Diante de um embate numa nova situação do país onde os conflitos de classe

expressam-se nas ruas não é possível tergiversar ou assumir posições que

ataquem as organizações dos trabalhadores e suas iniciativas de lutas. O dia 13 e

o dia 15 de março anunciaram os dois lados da trincheira.

Diante do histórico de lutas do ANDES-SN ao lado dos trabalhadores, ao lado da

maioria organizada da classe é imprescindível que este CONAD ajude a recolocar

o ANDES-SN em conjunto com a maioria organizada da classe trabalhadora nas

ruas com a CUT, centrais sindicais, MST, UNE e movimentos populares.

## TR - 8

O 7º CONAD Extraordinário decide:

1. Que as seções do ANDES-SN organizem atividades sindicais com o objetivo de realizar discussão e balanço da filiação do ANDES-SN a CSP-Conlutas.

## **TEXTO 9**

*Contribuição da Diretoria da ADUFU-SS*

### **UMA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN NOS CONGRESSOS E FÓRUMS OFICIAIS DA CSP-CONLUTAS**

#### **TEXTO DE APOIO**

É indispensável dizer que a participação ativa em centrais sindicais tem se colocado como uma necessidade urgente da classe trabalhadora na conjuntura atual, fortalecendo a unificação de pautas em tempos de ataques múltiplos aos trabalhadores. A greve de 2012 nos deixou também esta lição, dentre outras: que movimentos unificados e organizados tornam a luta da classe trabalhadora mais intensa, reequilibrando a balança de poder na mesa de negociações e tornando o governo mais sensível as nossas demandas. Neste contexto, o papel ativo de Centrais Sindicais, como a CSP-CONLUTAS, tem se mostrado imperativo e imprescindível.

Nesta direção, a filiação do ANDES à CSP-CONLUTAS certamente está dentre as resoluções mais importantes aprovadas nos recentes congressos de nossa categoria e visou o fortalecimento da categoria docente. Este sindicato nacional foi e tem sido um dos mais importantes atores na construção e manutenção da CSP-CONLUTAS, fazendo parte de sua organização desde a fundação e sempre compondo sua direção nacional.

Entretanto, ainda faz-se necessário um debate, amplo e democrático, sobre a filiação e participação do ANDES a CSP-CONLUTAS, bem como suas implicações políticas nos âmbitos nacional e regional e seu papel como aglutinador da categoria docente. Neste sentido, duas questões despontam com vital importância:

1-) O caráter exclusivamente denunciativo da CSP-CONLUTAS durante a gestão Dilma tem se mostrado como algo desmobilizador de parte significativa da categoria que não se sente representada pela Central nos principais fóruns oficiais do governo e não se identifica com sua pautas mais gerais, tomadas como distantes do cotidiano dos/as trabalhadores/as, especialmente dos/as docentes das Instituições Federais de Ensino;

2-) A ausência de filiação de algumas Seções Sindicais a CSP-CONLUTAS regionais e/ou estaduais não pode ser considerada como “débito político com as diretrizes políticas de nosso sindicato”, e nem mesmo ausência do “dever de casa”, teses reverberadas por muitos. As especificidades políticas regionais impõem desafios distintos daqueles que permeiam às diretorias nacionais, inviabilizando muitas vezes a adesão regional ao CSP-CONLUTAS por parte de algumas seções sindicais, como é o caso da ADUFU-SS.

Neste sentido, vale ressaltar que uma Central Sindical marcada por princípios democráticos não deveria impedir a participação das Seções Sindicais na situação acima mencionada (item 2) no II Congresso da CSP-CONLUTAS. Isso ocorre pois de acordo com os critérios para eleição de delegados nas Seções Sindicais, a representação só pode ocorrer caso a seção sindical esteja “em dia com a contribuição Estadual e/ou Regional da CSP-CONLUTAS”, algo que consideramos impositivo e pouco democrático.

Ademais, entendemos que este tipo de exigência, além de erroneamente desconsiderar as especificidades políticas regionais, incorre em situação de dupla arrecadação visto que as seções sindicais já contribuem com a Central considerando que 5% de sua contribuição ao ANDES são repassados à CSP-CONLUTAS que, por conseguinte, faz os devidos repasses aos seus escritórios regionais.

Na perspectiva de aprofundar este debate tão fundamental para as lutas de nossa categoria, apontamos as seguintes TRs.

## **TR - 9**

O 7º CONAD extraordinário delibera:

1. Reabertura do debate amplo e democrático na categoria sobre a filiação e participação do ANDES a CSP-CONLUTAS, considerando os elementos que tem impedido o seu enraizamento.
2. Fim da exigência da contribuição Estadual e/ou regional para participação no Congresso e fóruns oficiais da CSP-CONLUTAS.

## **TEXTO 10**

*Contribuição do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind*

## **PREPARAÇÃO DO ANDES-SN PARA O II CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS.**

### **TEXTO DE APOIO**

As reflexões aqui apresentadas têm origem no debate organizado pela Secretaria Regional do Andes-SN/RJ em 21 de março de 2015 e nas contribuições do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind em 02 de abril de 2015, constituindo um ponto de partida para o aprofundamento necessário do debate do Andes-SN sobre a CSP-Conlutas.

Qualquer análise sobre a correlação de forças entre o capital e o trabalho deve partir do exame da conjuntura internacional de crise do Capital e de como as classes fundamentais interagem na crise no Brasil. É perceptível que existem tensões no bloco de poder, expressas na crise política do Executivo com o parlamento e na insatisfação de setores intermediários (serviços, indústria) com os rumos da economia. A retomada dos impostos, reduzidos no contexto de 2009 a 2014, provocam insatisfações entre frações burguesas que percebem que os únicos setores que ganham com tais medidas são o setor bancário e as maiores corporações. O quadro é complexificado pelas denúncias de corrupção, sobejamente comprovadas, na Petrobras, que repercutem nas empreiteiras e na vasta cadeia de empresas terceirizadas a elas vinculadas, gerando desemprego e incerteza sobre o futuro da maior empresa brasileira que, na reação em cadeia posta por tais escândalos tem sofrido pressões das bolsas internacionais, visto que muitas ações da empresa são negociadas nas principais bolsas do mundo. Até o momento, não é possível concluir que os donos do PIB, os grupos econômicos que sustentaram os governos Lula e Dilma estejam dispostos a antecipar o mandato do atual governo, mas é inegável que o

discurso de direita encontra cada vez mais adesão, inclusive nos setores médios e na dita classe C.

No que se refere às lutas dos trabalhadores, verifica-se o movimento de ascenso das lutas, o que pode ser aferido pelo número de greves, manifestações e sinais de descontentamento popular nas periferias. O MST retomou jornadas de lutas impetuosas e o MTST seguiu protagonizando ocupações relevantes. Entretanto, é forçoso reconhecer, o quadro ainda é marcado pela fragmentação das lutas, levando a retirada de direitos dos trabalhadores e de retrocessos no pensamento ideológico. A CUT ensaiou algumas mobilizações, mas a capacidade convocatória ainda foi modesta, pois, entre outros motivos, opera uma agenda insuportavelmente contraditória: critica as medidas contra os trabalhadores (como restrição ao seguro desemprego, auxílio doença e regras previdenciárias), mas, ao mesmo tempo, convoca a sua base em defesa do governo Dilma. Fora o âmbito da CUT, iniciativas de reaglutinação das lutas estão sendo esboçadas, anunciando possibilidades promissoras, mas ainda como potencialidade, visto que as condições objetivas para isso ainda são frágeis. A CSP-Conlutas, por sua vez, protagonizou enfrentamentos importantes, como na indústria automobilística de São José dos Campos, greves magisteriais, mas, no fundamental, não logrou condições de se afirmar como uma força capaz de convocar todos os setores combativos e classistas insatisfeitos com os rumos do país. Muito embora em várias importantes lutas, como a dos trabalhadores do Comperj (Rio de Janeiro), o apoio e presença no cotidiano da luta tenha sido da CSP-Conlutas; estas corretas iniciativas, todavia, ainda não se converteram em adesão à Central.

De fato, nos últimos anos, mesmo com os protestos de junho de 2013, não houve uma inflexão na correlação de forças entre o capital e o trabalho. Tudo dependerá da capacidade dos trabalhadores atuarem como classe em movimento, organizados de modo que seja possível a unidade de ação em torno de eixos estratégicos para as lutas anticapitalistas.

O ANDES-SN tem estado comprometido com a construção de polos e frentes classistas há mais de uma década, em especial desde a experiência de luta contra as (contra) reformas da previdência em 2003. Desde que o Andes-SN se desfilou da CUT, seguimos afirmando a necessidade de avançarmos no processo de reorganização da classe e na construção da unidade e de um polo classista amplo. A Conlutas surgiu deste debate em 2004. Em uma plenária, realizada em Luziânia (GO), mais de 1.800 dirigentes e militantes sindicais e de movimentos sociais realizaram o Encontro Nacional Sindical, que constituiu a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Em 2007 o Andes-SN se filiou formalmente à Conlutas. Desde então, seguimos reafirmando a necessidade de avançar no processo de reorganização da classe que, pelas decisões congressuais e dos CONAD, deveria ser um eixo estruturador da participação do Andes-SN na Conlutas.

Nesse sentido, o estreitamento de relações com outras iniciativas de organização classistas deveriam ser buscadas, como uma maior articulação com o MST e com a Intersindical. Resultou dessa compreensão o apoio do Andes-SN à realização do CONCLAT, em 2010, no qual foi criado a CSP-Conlutas. O posicionamento do Andes-SN foi a favor da junção dos sindicatos com os movimentos populares e estudantis, mas, claramente, a forma de organizar a democracia de base ainda não estava amadurecida. Ademais, houve problemas no diálogo com a Intersindical, problemas de “hegemonismo” que, embora com nuances, logo a seguir levaram também o MTST a se afastar da Central, junto com outros movimentos de menor representatividade. A forma de organização da representação, muito centrada em poucas figuras públicas, e de

participação da base que ainda se mostra pouco amadurecida, afasta as entidades de base do cotidiano da central.

Assim, é possível afirmar que, na acepção dos companheiros da INTERSINDICAL, a CSP não foi uma nova síntese, uma nova forma de organização que superasse, dialeticamente, a Conlutas e a Intersindical, pois, a rigor, o centro de gravidade política seguiu sendo herdeira direta da Conlutas. Desse modo, prevaleceu uma avaliação de que o processo levaria apenas a anexação de novas entidades à Conlutas, frustrando o objetivo de uma nova organização classista, combativa, capaz de enfrentar os efeitos da crise do capital que desde 2008 vinha transtornando os EUA, Europa, Ásia e norte da África, com sinais evidentes de que a crise estava corroendo os pilares do chamado neodesenvolvimentismo, como a exportação de commodities.

O último Congresso da Conlutas ficou aquém do desejado na construção de unidade para organização da classe, como ficaria evidente, mais tarde, nas Jornadas de Junho de 2013.

Consideramos que no processo de reorganização das lutas, as organizações classistas devem se empenhar na construção de programas e agendas unitárias. Agendas e táticas maximalistas, desprovidas de real interação com os trabalhadores, podem produzir efeitos negativos, desmobilizando as jornadas de lutas. O mesmo pode acontecer com programas minimalistas. O melhor método histórico de luta para superar tais erros é a democracia dos trabalhadores, o que envolve o estudo rigoroso das condições das lutas de classes, a democracia das organizações, recusando o vanguardismo e o substitucionismo, e a criação de condições para que experiências de lutas sejam possíveis: desde greves econômico-corporativas, até greves unitárias, gerais, devem ser amplamente discutidas com os que fazem lutas. O alcance das ações dos trabalhadores dependerá da capacidade organizativa e de formação da consciência, e não do desejo de vanguardas automeadas como a verdadeira direção da luta dos trabalhadores.

É tarefa do ANDES-SN, e em uma escala mais ampla, da CSP-Conlutas, contribuir para a construção de um caráter classista, anticapitalista, e antimercantil das lutas. A Central deve cumprir este papel de construção e aprofundamento da consciência de classe nas lutas e através delas, a partir de sua base. Sua tarefa central imediata é, portanto, contribuir com a organização da classe trabalhadora, unificando e politizando as lutas. Para isso, será crucial que a diversidade das bandeiras da juventude, dos movimentos sociais tradicionais e dos nascentes seja valorizada, assim como a autonomia dos movimentos e coletivos.

Da mesma forma, o Andes-SN e o conjunto de suas SSinds deve se esforçar na politização do debate com sua base, apresentando e aprofundando o debate da conjuntura e problematizando a importância dos sindicatos e da CSP para superar a fragmentação das lutas e ampliar as conquistas da classe trabalhadora.

A experiência de luta do ANDES-SN possibilitará a conjugação da luta pela educação pública com o processo de reorganização das lutas unitárias que a realidade exige. Além disso, ampliar sua base é tarefa primordial, não somente reforçando a capacidade organizativa dos filiados, como ampliando e renovando suas fileiras a partir dos novos professores que ingressam a carreira, inclusive, de maneira cada vez mais precária devido aos novos cortes de direitos como é o caso da FUNPRESP que afeta, na outra ponta, os colegas aposentados. A educação pública é uma bandeira fundamental por possibilitar colocar na agenda da classe trabalhadora a centralidade da luta pelo que é público e, necessariamente, antimercantil, isto é, anticapitalista. Nesse sentido, cumpre

salientar: a atuação da CSP-CONLUTAS será fundamental na construção dos encontros estaduais/regionais preparatórios ao II ENE que se realizará no início de 2016.

Ressaltamos a importância do 7º Conad Extraordinário como preparação ao II Congresso da CSP. É preciso um balanço da atuação da CSP e, sobretudo, da atuação do Andes-SN na CSP, objetivando avançar na organização autônoma da classe. Este balanço deve servir para que possamos verificar como está se dando o processo de reorganização da classe trabalhadora no Brasil para que possamos apontar com firmeza os desafios político-organizativos da CSP. A partir deste balanço poderemos construir as propostas do Andes-SN para o Congresso de forma coletiva e unitária.

Nesse sentido, consideramos que o debate deve se aprofundar em torno dos seguintes eixos:

- Análise da crise do capital, correlação de forças intraburguesas no Brasil, situação do bloco no poder e os meios como os setores dominantes incidem nas lutas de classes, particularizando, sempre, os nexos com os direitos sociais e a educação;
- Levantamento e análise da reorganização das lutas dos trabalhadores, buscando tratar, em especial, da ação dos principais movimentos sociais brasileiros, como MST, MTST e afins, bem como as cisões e tensões no seio da CUT, objetivando mapear os diálogos necessários para a consolidação de uma frente de ação contra a investida burguesa contra os direitos dos trabalhadores, realizando encontros, seminários etc.
- Análise da situação sindical no Brasil, alcance e forma de atuação das principais centrais – CUT, Força, CTB etc., identificando as categorias profissionais representadas, objetivando melhor compreender o modo como o sindicalismo oficialista está atuando no país, mapeando, ainda, as evidências de seus nexos com a classe burguesa e suas frações.
- Mapeamento das principais lutas pela educação pública desde 2011, objetivando identificar os principais sindicatos que as empreenderam, a participação dos mesmos no Encontro Nacional de Educação (ou não participação) e desenvolvimento de estratégias para dialogar com os mesmos, objetivando fortalecer a preparação da agenda de lutas antimerchantis na educação em 2015 e 2016.
- Realização, no início de 2016, de um encontro para discutir a situação da luta de classes e a organização, mais orgânica, da frente de unidade de ação classista, autônoma e combativa.